

Câmara Municipal

Reunião Ordinária realizada dia 1 de fevereiro de 2023 Ata N.º 3

Presidiu esta reunião a Senhora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos
de Monsaraz.
Encontravam-se, ainda, presentes os seguintes membros: o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco
José Cardoso Grilo, e os Senhores Vereadores Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, Anabela Capucho Caeiro e
António Manuel Boto Fialho
Secretariou a reunião o Senhor Nelson Fernando Nunes Galvão
No Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, a Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, declarou aberta a reunião: Eram 10 horas
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Aprovação da Ata de Reunião Anterior
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em ordem ao preceituado no n.º 2
do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das
Autarquias Locais, colocou à aprovação dos membros presentes a ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal
realizada no dia 30 de novembro de 2022.
A ata da reunião ocorrida em 30 de novembro de 2022 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na
referida reunião, em ordem do preceituado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que
aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo
Regulamento Geral de Proteção de Dados
Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que
foram solicitados alguns pareceres, relativamente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados em consequência da
transmissão das reuniões via streaming, com base nos quais foi criado um documento interno para autorização da
captação de som e imagem para o presente mandato, por parte dos elementos presentes nas reuniões transmitidas via
streaming. No que diz respeito ao público que assiste às reuniões a Senhora Presidente referiu, que só os intervenientes
terão necessidade de assinar esta autorização.
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para referir que



Câmara Municipal

houve questões que levantarem algumas dúvidas, tendo solicitado, por isso, um parecer para poder tomar uma posição
relativamente ao documento apresentado
Voltou a usar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, para questionar se as Senhoras Vereadoras do
Partido Socialista, autorizam a captação de som e imagem da presente reunião
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena,
para referir existirem, ainda, algumas duvidas, no entanto, e tomando de boa-fé que o que está a ser feito até terem o
parecer, uma vez que o que está em causa é a utilização das suas imagens, as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista
não tomarão qualquer tipo de posicionamento, continuando a transmissão a ser feita como até aqui. Referiu, ainda, que
será comunicada, atempadamente, a sua posição, para não colocar em causa o trabalho dos técnicos, procurando que
haja algum respeito institucional
Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para resumir, que a bancada do Partido Socialista está
a analisar o tema, não tendo, ainda, tomado uma posição relativamente à transmissão em streaming das reuniões de
câmara e que o fará atempadamente, no entanto, hoje, como ainda não há uma posição, vai ser feita a transmissão como
tem sido até aqui, transmitindo normalmente a reunião
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Juntos pela Ucrânia
Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para responder às
questões solicitadas pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, relativamente ao Gabinete Juntos pela Ucrânia.
Prosseguiu, apresentando o relatório da equipa de missão:
O Município de Reguengos de Monsaraz criou no dia 2 de março de 2022, uma equipa de missão designada "Juntos
pela Ucrânia" para o concelho de Reguengos de Monsaraz. Esta equipa de missão trabalha, desde então, no apoio ao
acolhimento de emergência para os refugiados, sendo a mesma constituída por três eixos de ação, nomeadamente, o
apoio ao acolhimento de emergência para refugiados, o apoio psicossocial e o apoio logístico. Informou, ainda, que esta
equipa é coordenada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz e trabalha e articulação
com o Ministério da Administração Interna, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Alto Comissariado para as
Migrações e ainda, com a Embaixada da Ucrânia em Portugal. O trabalho da equipa passa por acolher todos os refugiados
enviados pelo Alto Comissariado para as migrações, desde que o Município tenha condições para tal, tratar toda a
documentação necessária para integrar os refugiados no mercado de trabalho, na comunidade escolar, dar-lhes
ferramentas de integração na comunidade em geral e ajudar em tudo aquilo que necessitem. Desde o dia 17 de março
de 2022, até à presente data, o Município de Reguengos de Monsaraz já acolheu sessenta e cinco refugiados da Ucrânia,
todos encaminhados pelo Alto Comissariado para as Migrações, entre eles mulheres, homens e crianças. Foram,

Também, recebidos animais de estimação, cães e gatos, que acompanham as famílias acolhidas, tendo sido diligenciado,



Câmara Municipal

pelo veterinário municipal, todos os procedimentos inerentes a estes processos. Relativamente à situação laboral, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, haver um casal completamente integrado no mercado de trabalho, desde abril de 2022 até à presente data, tendo sido os restantes integrados nas mais variadas áreas, tais como, hotelaria, restauração, trabalho agrícola, fábrica de sopas, linha de rotulagem e enoturismo, no entanto, e pelos mais variados motivos, após algum tempo acabam por regressar ao seu país de origem ou para junto de familiares noutros países da Europa, um deles é estudante de medicina estando a frequentar a faculdade de medicina de Coimbra, onde se encontra neste momento. As crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos foram integradas nas escolas consoante a idade e ano escolar, mais concretamente, uma criança na Escola Básica do Primeiro Ciclo Manuel Augusto Papança, três crianças no Jardim de Infância de Reguengos de Monsaraz, duas crianças na Escola Básica do Primeiro Ciclo de Perolivas e quinze crianças a ter aulas online a partir da Ucrânia. Disse, ainda, que através das professoras de português do concelho, que se voluntariaram, foram facultadas aulas de português online e presenciais para facilitar a sua integração, sendo à posterior disponibilizado no Centro de Formação do Instituto de Emprego e Formação Profissional em Reguengos de Monsaraz, um curso de português, língua de acolhimento. Apesar de algumas dificuldades linguísticas, todos se consequiram integrar, perfeitamente, na comunidade. A Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, assinou um protocolo com o Município de Reguengos de Monsaraz, na área do fornecimento do serviço de refeições, o qual visa assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades das pessoas e satisfação de carências alimentares básicas, até que os mesmos tenham condições para se auto sustentar. Relativamente a despesas, existe uma despesa de custos diretos no montante de € 9.602,64 (nove mil, seiscentos e dois euros e sessenta e quatro cêntimos), relativos a gás, farmácia e cabazes alimentares semanais. Disse, ainda, que além das refeições da cantina social, são entregues cabazes alimentares com produtos básicos. Existe, ainda, uma despesa de custos indiretos de bens e serviços, no montante de € 8.794,05 (oito mil, setecentos e noventa e quatro euros e cinco cêntimos) e custos indiretos, imputados a funcionários € 3.314,21 (três mil, trezentos e catorze euros e vinte e um cêntimos), somando um total de € 21.710, 90 (vinte e um mil, setecentos e dez euros e noventa cêntimos). Prossegui, referindo, que após a constituição da equipa de missão, entenderam estar em articulação direta com o Governo, efetuando uma candidatura ao fundo de asilo, emigração e integração, no âmbito da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna, tendo o próprio Governo incentivado os Municípios a receberem e a ajudarem na receção dos refugiados da guerra da Ucrânia e a abrir estas linhas de financiamento. Esta candidatura obteve um parecer favorável, infelizmente por falta de dotação orçamental do aviso, não foi aprovada nos seguintes termos: "Hierarquizadas todas as candidaturas do aviso, verificou-se que embora pese o mérito da candidatura, o seu financiamento não será possível uma vez que não existe dotação disponível para o efeito". A Senhora Presidente da Câmara Municipal deixou, ainda, a nota que se sentem completamente abandonados pelo Governo porque o Municipio de Reguengos de Monsaraz e tantos outros municípios portugueses, disponibilizaram de imediato equipas, casas e alimentação, não com o objetivo de ser reembolsados desta ajuda, mas com a criação deste fundo para o asilo, emigração e integração, tendo ficado todos na espectativa de ter alguma ajuda, uma vez que o Governo



Câmara Municipal

Iniciativa "Presidencia Mais Próxima"

Bloco de rega de Reguengos de Monsaraz

----- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para referir que contínua a não haver previsão para o início da construção do bloco de rega de Reguengos de Monsaraz, preocupando muito este executivo, que continua a trabalhar no sentido de colocar este assunto, que é já um problema, na agenda política local, regional e nacional. Prosseguiu, referindo, ter falado há algumas semanas com o Presidente da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), que informou que o concurso para a primeira fase de construção do bloco de rega lançado em maio de 2022, ficou deserto, tendo sido prorrogado até outubro, altura em que foram apresentadas propostas, que neste momento se encontram em análise. Disse, ainda, que apenas a quarta fase de construção entrará no concelho de Reguengos de Monsaraz, sendo esta questão muito preocupante, uma vez que a primeira fase está, ainda, em análise de propostas. Continuou, relembrando, que em maio de 2022 a Senhora Ministra da Agricultura visitou o concelho de Reguengos de Monsaraz, afirmando, nessa altura, perante todas as entidades e convidados presentes, relativamente à questão, quando é que os agricultores em Reguengos de Monsaraz poderão ter



Câmara Municipal

água para regar as suas culturas e dar de beber aos seus animais, que a construção do bloco de rega seria até final de 2025. Referiu, de seguida, ter muitas dúvidas relativamente ao cumprimento desta data, uma vez que já decorre o ano de 2023 e existem, ainda, cinco fases para concluir, sendo que só a quarta entra no concelho de Requengos de Monsaraz, não estando nem a primeira iniciada, encontrando-se ainda em análise de propostas. Disse, ainda, estar sensível á questão do aumento das matérias-primas, razão pela qual o Senhor Presidente da EDIA justificou que o primeiro concurso tenha ficado deserto, tendo sido, por isso, aumentada a dotação financeira para o segundo concurso, no entanto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, continua com muitas dúvidas quer na dotação financeira existente neste momento, quer no que diz respeito ao cumprimento dos prazos. Referiu, ainda, que dadas estas circunstâncias e manifestada a preocupação, o Partido Social Democrata apresentou, na pessoa da deputada Dra. Sónia Ramos, um projeto de resolução que será discutido em comissão ou em plenário, e a partir daí serão tomadas decisões. Informou, de seguida, que decorrerá na próxima sexta-feira, dia 3 de fevereiro de 2023, uma reunião com a Confederação do Agricultores de Portugal (CAP) e com a Federação Nacional de Regantes (FENAREG) para, uma vez mais, se discutir a questão quer do bloco de rega, quer da construção do circuito hidráulico de Reguengos de Monsaraz, quer, também, da criação de uma associação de regantes do Alqueva e de uma associação de agricultores e de produtores de pecuária do concelho de Reguengos de Monsaraz, que consideram fundamental, havendo já o retorno por parte dos agricultores, no interesse total e absoluto relativamente à constituição desta associação. Por fim, referiu, que virá a Confederação do Agricultores de Portugal (CAP) e a Federação Nacional de Regantes (FENAREG) para dar este pontapé de saída, estando atentos e a trabalhar naquilo que é a importância da água e naquilo que é fundamental e capital para a boa continuidade ----- O Executivo Municipal tomou conhecimento.-----

Casa do Alentejo

Conselho Municipal de Juventude

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que decorre amanhã, dia 2 de março de 2023, a primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude, com a certeza da sua importância pela necessidade de discussão de diversos assuntos com os jovens, sendo o primeiro fórum



Câmara Municipal

de um grande trabalho que o Município pretende realizar juntos dos jovens, ouvindo-os
Reunião com a Reitora da Universidade de Évora
Tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para dar nota que na próxima semana reunirá com a Senhora Reitora da Universidade de Évora, no sentido de discutir vários assuntos de máxima importância, desejando estreitar os laços com a Universidade de Évora, não descurando a sua proximidade O Executivo Municipal tomou conhecimento
Reunião com as Juntas de Freguesia do concelho
Voltou a usar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que reunirá com todas as Juntas de Freguesia do concelho, no sentido de analisar e rever o acordo interadministrativo de delegação de competências
Conselho Municipal de Educação
Seguidamente, usou, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que reunirá o Conselho Municipal de Educação em meados de fevereiro, devendo as convocatórias sair no dia de hoje ou amanhã.
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Avaria técnica na cozinha do refeitório da Escola Secundária Conde de Monsaraz
Usou, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que esta semana ocorreu uma avaria técnica na cozinha do refeitório da Escola Secundária Conde de Monsaraz, tendo sido já tudo agilizado no sentido de os alunos não ficarem sem refeições, no entanto, é possível que as ementas tenham de ser adaptadas, tendo sido essa informação publicada nas redes sociais para que os pais estejam tranquilos
Projeto Tempos Cruzados

----- Usou, ainda, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, para informar que nasceu um novo projeto integrado na Universidade Popular Túlio Espanca, intitulado "Tempos Cruzados", tendo como



Câmara Municipal

Conselho Municipal de Saúde

Visita Técnica da Administração Regional de Saúde



Câmara Municipal

Tomada de posição sobre o Aeroporto de Beja

"Comunicado

O Município de Reguengos de Monsaraz defende que seja utilizado o Aeroporto de Beja para aumentar a capacidade aeroportuária da região de Lisboa.

O Município de Reguengos de Monsaraz vem congratular-se, por a Comissão Técnica Independente responsável pela avaliação ambiental estratégica para a localização do novo aeroporto Lisboa, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 89/2022, de 14 de outubro, estar a avaliar, de facto, a possibilidade de aumentar a capacidade aeroportuária da região de Lisboa, utilizando o aeroporto de Beja.

O Município de Reguengos de Monsaraz vem, também, sublinhar a importância de ter sido criada a plataforma de cidadãos "Sim ao Aeroporto Internacional de Beja", para que a voz da população do Alentejo seja ouvida nos processos de decisão e expressar o seu apoio aos promotores da iniciativa, na elaboração de memorando estratégico que pretendem entregar à Comissão Técnica Independente.

Há décadas que o Alentejo tem sido sucessivamente esquecido pelos governos centrais, o que tem tido como consequência um forte impacto no enorme decréscimo populacional e na sustentabilidade e dinâmica da economia da região.

O Alentejo tem lutado, quase sempre, sozinho e com os escassos meios de que dispõe, para que a região se desenvolva nas mais diversas áreas, em benefício das suas populações.

Considerando o aumento e a dinâmica da atividade turística a nível mundial e as potencialidades turísticas que o Alentejo consegue proporcionar nesse setor, podendo resultar num impacto significativo na economia regional e nacional, é fundamental que o Aeroporto de Beja seja devidamente aproveitado para benefício da região e do país.

O Município de Reguengos de Monsaraz considera que a distância física de Beja até Lisboa, não pode ser considerado um fator relevante para que o Aeroporto de Beja não seja aproveitado para voos nacionais e internacionais, mas também para transporte de mercadorias, pois poderão ser construídas acessibilidades para diversos meios de transporte que permitam ligar as duas cidades com maior rapidez e que sejam atrativas para os operadores turísticos e para todos os viajantes e empresas.

Para além de poder ser uma infraestrutura complementar ao Aeroporto de Lisboa, o Aeroporto de Beja será, igualmente, importante no apoio ao setor turístico do Algarve.

O Município de Reguengos de Monsaraz vem, assim, expressar o seu apoio para que o novo Aeroporto de Lisboa fique instalado no Aeroporto de Beja, que é uma infraestrutura que já se encontra construída e que não apresenta restrições à sua expansão.

O Município de Reguengos de Monsaraz quer, também, sensibilizar e motivar todas as autarquias do Alentejo para que se unam na defesa da utilização do Aeroporto de Beja, para voos nacionais, internacionais e de mercadorias, complementando o Aeroporto de Lisboa e poupando milhares de milhões de euros aos contribuintes, que não terão de ser utilizados para aumentar a capacidade aeroportuária da região de Lisboa noutro local do país, quando já existe esta infraestrutura em Beja, que está claramente esquecida e desaproveitada por decisão de vários governos.

----- Prosseguiu, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, referindo que este comunicado seguirá, de imediato, para todos os órgãos de comunicação social, para a Comissão de Avaliação e, também, para todos os autarcas



Câmara Municipal

do Alentejo
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Tomada de posição sobre o Aeroporto de Beja
Tomou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, começando por referir que as Vereadoras do Partido Socialista se associam á posição do Município, quanto ao Aeroporto de Beja, sendo que existe uma infraestrutura preparada, que não está a ser potencializada naquilo que pode ser uma mais-valia para o Alentejo e para todos os municípios da zona. Disse, ainda, que nunca poderiam estar contra este posicionamento, independentemente do Governo que estivesse no poder ser ou não o Partido Socialista. Referiu, ainda, que as Vereadoras do Partido Socialista concordam com o texto apresentado e disponibilizando-se para ajudar naquilo que for necessário
O Executivo Municipal tomou conhecimento.
Visita técnica da Administração Regional de Saúde
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir relativamente à visita técnica da Administração Regional de Saúde, folgar em saber que está no bom caminho, tentando que seja célere a assinatura do auto, pois ainda existem estas pequenas dúvidas a nível financeiro, esperando que de uma vez por todas esta transferência seja feita, porque tem sido um pouco demorada

Bloco de rega de Reguengos de Monsaraz

----- Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir, relativamente o bloco de Rega de Reguengos de Monsaraz, que tem acompanhado o trabalho desenvolvido pelos deputados eleitos pelo distrito de Évora, nomeadamente pela deputada do Partido Social Democrata. Referiu, ainda, já ter conhecimento da existência deste projeto de resolução a apresentar na Assembleia da Republica, considerando que todas as pressões são bem-vindas, independentemente da cor política, porque se necessita desta água. Disse, ainda, que independentemente das questões políticas e dos jogos políticos que têm ocorrido de parte a parte, é uma necessidade que esta água chegue aos agricultores. Continuou, referindo existir a necessidade de fazer a gestão desta água, estando o primeiro passo tomado com a criação da associação, porque sem organização dos agricultores não se conseguirá nada, espera ainda, que se consigam organizar e consigam levar este processo a bom porto, porque é essencial que estejam envolvidos de forma direta e que se responsabilizem pela utilização da água. Prosseguiu, referindo, que para além da utilização para consumo humano, esta água será para consumo agrícola, como tal, é essencial que os agricultores façam parte do processo e tenham conhecimento daquilo que está a acontecer e que, de alguma forma, sejam eles a liderar o



caminho de uma área que é essencial para todo o concelho. Por fim, referiu, ter ficado muito assustada há uns meses atrás com o nível de água, estando neste momento, as cotas perfeitamente niveladas, pois há muito tempo que não via o Lago Alqueva tão bem recheado, esperando para ver como é que será tratada nos próximos meses
Equipa de Missão Juntos pela Ucrânia
Continuou no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena para agradecer a informação prestada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativamente à Equipa de Missão Juntos pela Ucrânia, esperando que o Governo consiga corrigir esta situação da dotação insuficiente, porque efetivamente, não se sabia quantas pessoas iriam ser acolhidas no país. Referiu, ainda, que se o projeto é uma maisvalia e se está a ser feito o apoio, considera justo que todos os municípios que acolheram refugiados tenham acesso a algum tipo de apoio por parte do Governo, relembrando, se não existirá uma segunda fase de candidaturas para que os municípios que não foram acolhidos em 2022 o possam ser em 2023
Cartão Social do Munícipe
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena para questionar se já estão disponíveis as estatísticas relativamente ao Cartão Social do Munícipe para o ano 2022, informação já solicitada, há cerca de um mês, ao Senhor Vereador António Fialho. Prossegui, referindo, ter ficado muito preocupada com ultima proposta, onde constavam 14 novos pedidos, estando as pessoas a demonstrar esta necessidade já no mês de janeiro, sendo mais preocupante, ainda, estarem previstas para o presente ano, trinta e cinco como limite máximo.
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo Arquiteto Rosado Correia
Tomou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para questionar o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, sobre o ponto de situação sobre a candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo Arquiteto Rosado Correia, sabendo que existe um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, aguardando-se um parecer da Direção Geral das Autarquias Locais



Câmara Municipal

Obras na Avenida António José de Almeida

Voltou a usar a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para
questionar sobre as obras que estão a decorrer na Avenida António José de Almeida, encontrando-se vários sítios com
zonas protegidas e calçada retirada
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Complexo de Campos de Padel
Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena,
para questionar se existiu alguma alteração ao projeto inicial do complexo de Campos de Padel. Questionou, ainda, sobre
o tipo de revestimento previsto para aquela infraestrutura
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Urbanização Monreal
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para questionar
sobre o ponto de situação relativamente ao concurso das casas da Urbanização do Monreal, uma vez que o Senhor
Vereador António Fialho referiu, na última reunião, que já tinha sido feita a apreciação pela comissão técnica e que estaria
para breve a listagem dos candidatos admitidos e excluídos
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Obra da Igreja de Nossa Senhora da Lagoa em Monsaraz
Seguidamente, usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para questionar se já existem desenvolvimentos, relativamente à obra da Igreja de Nossa Senhora da Lagoa, em
Monsaraz. Continuou, referindo, ser este um assunto bastante falado pelos montessarenses nas últimas semanas, estando preocupados com o que está a acontecer. Referiu, ainda, estar muito preocupada por ser um edificado muito
importante e com grande significado, quando o executivo está a realizar um trabalho para acolher equipamentos para
serem protegidos, estando aquele, neste momento, tão fragilizado
O Executivo Municipal tomou conhecimento
VineReguengos

----- Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir que numa das últimas reuniões, em que esteve presente a Dra. Rute Murteira, questionou sobre a existência



Câmara Municipal

de despesas com a VineReguengos, quando o evento não se realiza há já dois anos, incluídas no relatório de contas
sendo que até à presente data essa informação ainda não lhe chegou
O Executivo Municipal tomou conhecimento

Voto de Pesar do Partido Socialista pelo falecimento de José Tacão Rosado

----- Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena dando conta do Voto de Pesar pelo falecimento de José Tacão Rosado, com o teor que ora se transcreve: -------

"Voto de Pesar do Partido Socialista pelo falecimento de José Tação Rosado

Dia 28 de janeiro de 2023 faleceu José Tacão Rosado, um homem que deixou uma forte marca junto a todos os que com ele tiveram a oportunidade de privar e de trabalhar. A sua terra, São Marcos do Campo, foi sempre a sua joia e a sua comunidade era o seu amor maior, dedicando-lhe a sua vida, energia e saúde até ao dia em deixou a vida terrena.

Homem de causas e de espirito solidário, homem com visão e com ambição deixou obra feita que servirá por muitos anos a sua comunidade procurando criar estruturas e equipamentos de apoio e de suporte à mesma. O seu exemplo de liderança levou a que muitos jovens se envolvessem de forma ativa na sua comunidade, jovens estes que continuam a perpetuar o seu legado de orgulho pela sua terra, pela sua história e pelas suas tradições e alguns deles ligados à política.

Militante do Partido Socialista desde 1974, era socialista convicto e acérrimo defensor da justiça social, da igualdade de oportunidades e do desenvolvimento socioeconómico. Inicia a sua carreira política fazendo parte das listas nas primeiras eleições autárquicas democráticas em 12 de dezembro de 1976, tomando posse a 9 de janeiro de 1977 como secretário da JF de Campo. Em 1990, a 2 de janeiro tomou posse como Presidente de Junta, concluindo o seu percurso como Presidente de Junta em outubro de 2009.

A 25 de outubro de 2009 assume a presidência da Assembleia de Freguesia de Campo, até 2013. No final deste mandato surgelhe um dos maiores desafios políticos da sua vida, a luta pela não agregação da sua Freguesia de Campo com a Freguesia vizinha de Campinho, e mais uma vez assumiu este desafio com toda a força e coragem necessárias, mas infelizmente não conseguiu a reversão das imposições legais existentes à data, ficando com esta mágoa durante uma grande parte da sua vida.

José Tacão, como por todos era conhecido, foi um dos principais dinamizadores do tecido social de São Marcos do Campo, com um enorme sentido cívico, sendo sócio fundador da Associação de Caçadores e Pescadores de São Marcos do Campo, da Associação de Solidariedade Social de São Marcos do Campo e da Rota da Água — Associação de Desenvolvimento Local da Freguesia de Campo. Foi ainda Presidente da Direção da Sociedade Harmonia Sanmarquense. Empresário local, todos o conheciam e todos o respeitavam e ouviam, procurando os seus conselhos e experiência em momentos complicados das suas vidas.

Foi visionário naqueles que são dois grandes símbolos do seu território, o grande cavaleiro tauromáquico Mestre Batista e a cinegética.

Conseguiu reunir as condições para que a estátua do grande cavaleiro José Mestre Batista esteja colocada com o devido destaque numa das rotundas principais da aldeia. Lutou e conseguiu criar uma zona de caça municipal da Junta de Freguesia do Campo, e sempre defendeu a realização do Festival do Javali que vai na sua 3.º Edição.

Foi com alegria e com expetativa que acompanhou de forma muito próxima todo o processo burocrático e político que decorreu durante o ano de 2022 para se reverter o processo de agregação das Frequesias de Campo e de Campinho.

Amigo, lutador, bom, determinado, corajoso, justo foram algumas das palavras que mais se ouviram na última homenagem que a



Câmara Municipal

sua comunidade, amigos e família próxima lhe prestaram.

Dia 28 de janeiro de 2023 faleceu José Tacão Rosado, os seus legados pessoais e políticos ficam, resta-nos a nós agradecer e não deixar esquecer este Homem de personalidade e força gigantescas. Ficámos todos certamente mais pobres.

Pelo seu legado, pela sua vida, pelo seu percurso autárquico e cívico, propomos à Câmara Municipal:

- A aprovação do presente Voto de Pesar;
- Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família enlutada a quem reforçamos as nossas mais sentidas condolências;
- Dar conhecimento deste Voto de Pesar às estruturas concelhia e federativa do Partido Socialista."

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, o Senhor Vice-Presidente, Francisco José Cardos Grilo e o Senhor Vereador António Manuel Boto Fialho, associaram-se ao voto de pesar apresentado pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, endereçando as mais sinceras condolências à família e ao Partido Socialista, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Resposta às questões colocadas pela Senhora Vereadora Esmeralda Lucena

Tomou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para referir que os dados
relativos ao Cartão Social do Munícipe, foram enviados à Senhora Vereadora Esmeralda Lucena na manhã do presente
dia, via email
Relativamente às casas da Urbanização do Monreal, o Senhor Vereador referiu, que o processo de avaliação já
terminou, tendo o júri solicitado algumas informações aos candidatos, terminando o prazo para se pronunciarem na
próxima quarta-feira, só depois será elaborada a lista de candidatos admitidos e excluídos, sendo fixado um prazo para
a audiência de interessados
Continuou, referindo, que a alteração ao projeto da obra da Igreja de Nossa Senhora da Lagoa, em Monsaraz, já
entrou nos serviços de urbanismo da Câmara Municipal, no entanto, não entrou a tempo da presente reunião, estando
previsto, uma vez que as alterações já têm o parecer favorável da Direção Regional de Cultura do Alentejo e, em princípio,
o parecer dos técnicos do Município também será favorável, e para não se estar à espera mais quinze dias, a Senhora
Presidente da Câmara Municipal emitirá um despacho, que será ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que este tem sido
um assunto sempre falado nas reuniões da Câmara Municipal, quer pelo Partido Social Democrata, quer pelo Partido
Socialista, portanto, a questão de que ninguém fala ou ninguém diz ou há um silêncio total, não corresponde à verdade e
ao trabalho que está a ser feito quer por parte do executivo social democrata, quer por parte das Senhoras Vereadoras
do Partido Socialista, que sempre se têm preocupado em perguntar como está o processo e o Município que sempre se
tem preocupado em perguntar ao dono da obra. Prosseguiu, referindo, que os montessarenses podem estar tranquilos
que todos estão atentos e todos têm interesse que a obra daquela igreja, para a qual o próprio Município dá um contributo
bastante razoável e bastante considerável, corra bem, estando também atentos ao património e nunca descurando essa
questão. Por fim, referiu, que sempre se tem falado deste assunto e sempre tem sido debatido numa perspetiva muito



positiva e muito construtiva da parte dos dois partidos representados na Câmara Municipal
Voltou a tomar a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para acrescentar
que há trabalhos a decorrer, nomeadamente a restauração da talha dourada, que já foi concluída
Usou, de seguida, a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para
referir, relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo Arquiteto Rosado Correia, já ter sido emitido, por parte da Direção
Geral das Autarquias Locais, um parecer desfavorável. Continuou, referindo, que prevendo já esta conclusão, o executivo
avançou para a elaboração de uma alteração ao projeto, no sentido de submeter uma nova candidatura, podendo ser
feito nas mesmas condições ou fazendo um projeto mais elaborado, aproveitando a linha do Plano de Recuperação e
Resiliência ou o Portugal 20 30, fazendo uma recuperação mais abrangente ao pavilhão, ficando os reguenguenses a
ganhar com isso.
Prosseguiu, referindo, que projeto do complexo de Padel não sofreu qualquer alteração, encontrando-se de acordo
com o aprovado inicialmente. Referiu, ainda, e pensa ser essa a preocupação da Senhora Vereadora, que aquela
infraestrutura se encontra com um aspeto um pouco industrial, no entanto, e atendendo ao que está aprovado, ficará com
uma forma totalmente diferente. Em relação ao pormenor dos materiais a aplicar no revestimento da infraestrutura, não
sabe responder neste momento, mas enviará essa informação à Senhora Vereadora
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, para referir que embora o projeto tivesse
entrado ainda no anterior mandato, como não fazia parte do executivo não o conhece, acompanhado, apenas, a sua
evolução no terreno, causando-lhe alguma estranheza o tipo de edificação, uma vez que se tem de procurar, neste tipo
de projetos, independentemente do estilo do arquiteto em questão, integra-lo no espaço envolvente
Voltou a usar a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para referir
não ter presente o material do revestimento daquela infraestrutura, no entanto, espera que o resultado final seja o que
está aprovado e de acordo com a fotografia colocada no local, ficando com um aspeto totalmente diferente daquele que
tem neste momento.
Continuou, referindo, que as obras na Avenida António José de Almeida, se devem ao reforço da linha da ERedes
Relativamente à despesa com a VineReguengos, o Senhor Vice-Presidente referiu que no novo sistema de
contabilidade, a rubrica contabilística é uma rubrica mãe, sendo depois subdividida para que no final do ano se tenha a
noção real daquilo que está adstrito a cada evento. Referiu, ainda, que neste caso foram colocadas, indevidamente,
quatro requisições referentes às Festas de Santo António na rubrica da VineReguengos, sendo apenas uma questão de
pormenor e não influenciando, em nada, as rubricas, uma vez que a rubrica mãe é que conta. Disse, ainda, ser esta a
parte boa de subdividir as rubricas, descobrindo-se facilmente o erro, o que anteriormente só aconteceria com uma análise
mais profunda, nesta caso foi visível, verificando que estão lá quatro requisições emitidas, que deveriam estar na rubrica
das Festas de Santo António
Questionou, de seguida, a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, se neste caso será feita uma correção



Continuou no uso da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para
referir que não será feita nenhuma correção, como não se realizou o evento, o erro foi facilmente identificado, não
alterando, em nada, porque se encontra na rubrica correta, o que não está correto é a alocação da despesa, não
interferindo contabilisticamente em nada
Por fim, usou a palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Lucena, para referir que compreende pois era notório que
aquela despesa não poderia existir, sendo uma questão de erro e estar devidamente identificada, está esclarecido este
assunto
XXIV Critério de Corta Mato Paulo Guerra
Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para informar que
decorre na Zona Desportiva de Reguengos de Monsaraz, no dia 4 fevereiro de 2023, pelas 14 horas e 15 minutos, o XXIV
Critério de Corta Mato Paulo Guerra
O Executivo Municipal tomou conhecimento
PME Líder
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para felicitar a empresa
Gonçalagro – Sociedade Agro-Cormercial, Lda., distinguida pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação
como PME Líder, ainda, no ano de 2022, distinção que muito orgulha o tecido empresarial de Reguengos de Monsaraz.
O Executivo Municipal tomou conhecimento
ERPI Perolivas
Continuou no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para questionar
sobre o ponto de situação da Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) de Perolivas
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Festival Andanças
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para agradecer ao Senhor
Vereador António Fialho o envio da documentação solicitada relativamente ao Festival Andanças. Continuou, referindo,
que após análise, verificou haver a necessidade de passar o projeto para 2023, uma vez que está aprovado, tendo,
apenas, sido efetuada despesa na promoção e divulgação, devendo todas as outras rubricas ser aproveitadas no ano de
2023. Questionou, ainda, sobre o tipo de promoção e divulgação feitas neste âmbito



O Executivo Municipal tomou conhecimento
Viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos
Usou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para questionar se já existe uma nova viatura para recolha de resíduos sólidos urbanos, uma vez que a anterior não serviu por as medidas não serem as adequadas para aceder a algumas ruas
Pavilhão Gimnodesportivo
Prosseguiu, no uso da palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para questionar, relativamente á candidatura do Pavilhão Gimnodesportivo, se após a receção do parecer negativo da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município irá apresentar uma nova candidatura a submeter ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou ao Portugal 20 30. Disse, ainda, entender ser uma escolha politica, que a verba de cerca de 300 mil euros aprovada para o campo de futebol não fosse utilizada naquele espaço, mas sim, canalizada para o Pavilhão Gimnodesportivo e para isso estariam à espera dos pareceres positivos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) e da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), como o parecer da DGAL veio negativo, será feita uma nova candidatura, questionando, sobre o que será feito com a candidatura já aprovada
VineReguengos
Seguidamente, usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para referir ter ficado esclarecida em relação ao erro com a rubrica da VineReguengos, não ficando, no entanto, satisfeita com o erro da não realização do evento. Disse, ainda, ser mais uma vez, uma opção política por parte do Partido Social Democrata, achando que a VineReguengos seria um momento de promoção dos produtores do concelho
Feira Internacional de Turismo
Usou, ainda, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para referir não concordar com a ausência do Município de Reguengos de Monsaraz na FITUR – Feira Internacional de Turismo, sendo o mercado espanhol fundamental para os agentes económicos do concelho. Prosseguiu, lamentando, porque a ida à FITUR com a Entidade Regional de Turismo, que leva uma série de Municípios, parece-lhe uma estratégica de promoção

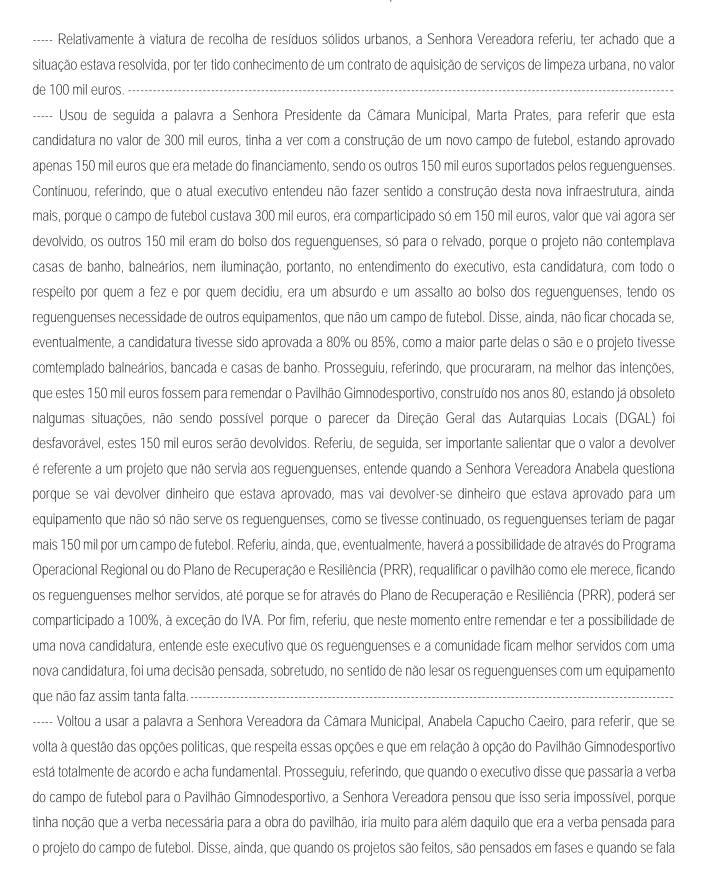


Câmara Municipal

Resposta às questões colocadas pela Senhora Vereadora Anabela Caeiro

----- Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para referir que o projeto do campo de futebol era de 289 mil euros, a candidatura estava aprovada com uma comparticipação de 50%, o que exigiria um grande esforço financeiro por parte do Municipio de Requengos de Monsaraz. Disse, ainda, que o montante necessário neste momento, para a reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo, é de 800 mil euros. Prosseguiu, referindo, que o executivo evitou um investimento, que no seu entendimento não tinha lógica, alocando-o a um outro equipamento que tinha mais necessidade, mas que, sempre disseram ser uma segunda opção, aproveitando dentro do possível o investimento e o esforço que a autarquia iria fazer. Referiu, de seguida, que não sendo esta alteração aprovada pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e não tendo o Município, neste momento, condições para realizar um investimento de 800 mil euros se a comparticipação for só de 50%, considera que se deverá considerar um programa que está a abrir, aproveitando comparticipações mais altas e realizando as obras que, efetivamente, aquele pavilhão necessita, nesse sentido, o executivo pensa seguir essa via terminando o projeto que ainda está em curso e realizando as obras naquele equipamento. ----------- Relativamente à viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, o Senhor Vice Presidente, Francisco Grilo, referiu, que o Município só tem condições para adquirir uma viatura usada, estando orçamentado nesse sentido. Referiu, ainda, que apesar da viatura que esteve em Reguengos de Monsaraz para testar ser com a tonelagem indicada, devido à sua dimensão, não tinha acesso a todas as ruas, chegando-se à conclusão que não era possível adquiri-la. Por fim, referiu, que continuam à procura de uma viatura que sirva para as ruas de Reguengos de Monsaraz e consiga fazer o serviço, mas ainda não a encontraram. ---------- Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para referir, relativamente à candidatura, concordar que 800 mil euros é muito para o Município de Reguengos de Monsaraz, no entanto, quando se deslocou a verba de 300 mil euros para a obra do Pavilhão Gimnodesportivo, já se sabia à partida, que aquele equipamento necessitava de obras, que o Senhor Vice-Presidente diz agora, estarem orçamentadas em aproximadamente 800 mil euros, pelo que a Senhora Vereadora concorda que se candidate a um Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) ou, eventualmente, ao Programa Operacional Regional que têm melhores condições. Por fim, referiu, que quando se tomou a decisão de passar aquilo que já estava aprovado para um outro equipamento, já se deveria perceber que a verba não era necessária, porque está a perder-se uma verba que já estava aprovada. -----------







Câmara Municipal

no absurdo de ser só um campo de futebol, não era o absurdo de ser só um campo de futebol, era o inicio da construção de um projeto maior, que iria começar por um campo de futebol, que justificaria uma segunda fase para a construção dos balneários, porque ninquém tem a falta de bom senso de quando pensa um projeto, pensa um quadrado de relva e não pensa uma casa de banho, tendo, quem desenhou o projeto, pensado num todo e esse todo teria muito mais, teria balneários, teria casas de banho e teria uma pista de atletismo. Referiu, de seguida, que há que dar o primeiro passo, há que começar e era isso que estava a acontecer, não era nenhum assalto aos reguenquenses, era simplesmente a tentativa de criar uma infraestrutura que os requenquenses tanto precisam, tendo consciência que o projeto não era o ideal à nascença e que teria de ser construído ao longo do tempo. Continuou, referindo, que, muitas vezes, o problema com que nos deparamos nas candidaturas, é que se idealiza a casa toda e depois se descobre só haver verba para fazer a casa, tendo de esperar por outra verba para colocar as portas e lamentavelmente, ficam as janelas por fazer, tendo que arranjar uma solução para as poder fazer. Referiu, ainda, que por falta das janelas não se poderá parar a construção da casa, porque isso faria com que o projeto ficasse parado na gaveta, e este não só ficou parado na gaveta, como não serviu para remendar o Pavilhão Gimnodesportivo, que é muito melhor para todos, se puder ser candidatado ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com financiamento a 100% ou ao Plano Operacional Regional, que ainda não se sabe quando sairá, nem a comparticipação que terá. Por fim, referiu, não considerar um absurdo, nem considerar um assalto, considerar, sim, o início de projeto maior que serviria muito os reguenguenses, que serviria muito os jovens na prática desportiva e que poderia ser um projeto de um complexo desportivo construído por fases, respeitando, no entanto, a opção tomada pelo executivo. ---------- Voltou a usar a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que este executivo só poderia responder pela primeira fase deste projeto, entende a defesa veemente, da Senhora Vereadora relativamente a este projeto por ser do executivo do Partido Socialista, no entanto, o executivo do Partido Social Democrata só se podia manifestar relativamente áquilo que estava a acontecer, que era efetivamente, o tal guadrado de relva, não fazendo sentido na altura, já tendo explicado porquê. Disse, ainda, que o facto de a verba não ter sido utilizada no campo de futebol e também não ter servido para remendar o Pavilhão Gimnodesportivo, não foi culpa do executivo, que tentou que isso acontecesse com um parecer positivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), que disse que era muito provável que pudesse acontecer, no entanto, a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) entende que não faz sentido, tudo foi feito com a melhor das intenções tentando aproveitar esta verba para o pavilhão, tendo entidades superiores impedido que isso acontecesse. ----------- Seguidamente, usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, para referir que quando tomaram a decisão, perceberam que teriam o mesmo problema que o anterior executivo, deparandose com situações de projetos que pretendem fazer, de um determinado montante, e que terão de executar por fases. Prosseguiu, referindo, não pôr em causa o Campo de Futebol, pensado que a fase proposta não era a correta, porque o parque desportivo tem necessidade de várias intervenções, parecendo-lhe que a intervenção primária não seria o campo



Câmara Municipal

relvado, uma vez que já existem três infraestruturas semelhantes no concelho, a intervenção poderia iniciar-se de outra forma e não por aquela, percebendo que o projeto tenha de ser feito por fases, parecendo-lhe descabida aquela fase e como o executivo não concordou, tentou alocar a verba a um equipamento com mais necessidade. Disse, ainda, que o parque desportivo tem um projeto que o executivo decidiu alterar por não concordar na sua totalidade com o que estava feito, transformando-o naquilo que pensa ser melhor, que irá candidatar podendo ser feito por fases e que, certamente, não será o campo relvado a primeira. ---------- Voltou a usar a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Anabela Capucho Caeiro, para referir não defender posições tomadas pelo anterior executivo, defende aquilo em que acredita, criticando quando acha que o deve fazer, seja do anterior executivo ou seja do atual, seja de um Governo do Partido Socialista ou de um Governo do Partido Social Democrata, se tiver de criticar, critica e se tiver que tomar posições, toma, se o faz contra com o poder central, demonstrando o seu desacordo em relação às estratégias politicas do Partido Socialista, não tem gualquer problema em faze-lo ao anterior executivo e não estando aqui, para defender, nem o anterior executivo, nem ninguém, defende, apenas, ideias. Referiu, ainda, saber que o problema das fases é que, muitas vezes, os avisos abrem e aquilo que é passível de ser financiado, não é aguilo que corresponde á ideal primeira fase, mas, ou se aproveita ou se devolve o dinheiro. ---------- Usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho para referir não haver mal nenhum em mandar dinheiro para trás, porque, normalmente, o dinheiro que vem traz uma obrigação e ás vezes a obrigação não é suficientemente apelativa, uma vez, que para aproveitar 150 mil euros o Município terá de gastar mais 150 mil, ainda mais, num relvado sintético para um campo de futebol que ficava, completamente, desprotegido sem uma vedação, sem rigorosamente nada. Prosseguiu, recordando a discussão de quando o Partido Social Democrata estava na oposição, em que os responsáveis na altura, quando se questionava sobre os balneários, diziam que as pessoas atravessavam a estrada e utilizavam os balneários do campo de futebol do Atlético Sport Clube. Continuou, referindo que pode haver uma coisa que custe 1 milhão de euros e que lhe deem 500 mil, se não tiver os outros 500 mil, ou se tiver que se endividar a ponto de não conseguir pagar, para aproveitar os 500 mil euros que lhe estão a dar, possivelmente estará a fazer um mau negócio, por isso, não lhe custa nada, nem tem nenhum problema em não aceitar esse dinheiro, se não tiver possibilidade de acompanhar a sua componente, pois não existe nenhum projeto comparticipado a 100%, mesmo aqueles que se dizem comparticipados a 100%, o IVA terá, sempre, de ser suportado por parte da entidade, dando como exemplo o 1.º Direito em que o IVA de 8 milhões de euros será 2 milhões de euros, a suportar pelo Município. Disse, ainda, não haver mal nenhum em não aceitar 150 mil euros de um projeto financiado a 50%, se tiver dificuldade em arranjar os outros 150 mil euros ou se o projeto, não justificar o investimento de dinheiro publico e o benefício para as pessoas.--------- Relativamente à VineReguengos, o Senhor Vereador referiu não ter havido um único produtor que perguntasse porque não se realizava a VineReguengos. Por fim, referiu que a VineReguengos não está esquecida, que se realizará, mas de uma outra forma, não sendo o interesse da parte dos produtores, pois não se manifestaram diretamente pelo fato



de o evento não se ter realizado
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir que
poderia responder o mesmo que a Senhora Presidente respondeu à Senhora Vereadora Anabela, só porque a
VineReguengos é um projeto do Partido Socialista, não convém realizar. Prosseguiu, referindo, que a grande maioria dos
Município da região, são produtores de vinho, verificando este ano com agrado, que muitos deles, que há muito tempo
não realizavam eventos de grande importância nesta área, o estão a fazer e o Município de Reguengos de Monsaraz que
tinha um que já era conhecido, não o realizou. Referiu, ainda, que tem de se perceber da necessidade, ou não, de
continuar com as coisas que funcionam, os produtores irão onde houver feiras, porque o calendário das feiras é marcado
de um ano para o outro, não havendo perspetivas de haver VineReguengos, os produtores não vão perguntar, irão
participar em outras feiras de maior interesse. Continuou, referindo discordar que sejam os produtores a perguntar por
uma iniciativa de promoção por parte do Município, porque assim, não estaria o Município a liderar processos que acha
ser do interesse dos reguenguenses, das empresas e das pessoas, sendo a VineReguengos o único processo a ser os
produtores a demonstrar interesse. Por fim, pediu desculpa pela forma como respondeu, reagindo ao momento, não
conseguindo perceber o porquê da resposta, só podendo pensar o mesmo que a Senhora Presidente pensou
relativamente à outra situação, ser por ter sido o Partido Socialista a iniciar a VineReguengos, se não gostam do nome
mudem o nome, se não gostam da iniciativa mudem-na, mas que se faça algum tipo de iniciativa, a nível local, promotora
do maior agente de desenvolvimento económico do concelho, que é o vinho
Prosseguiu no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir haver tempo
para fazer coisas e existir uma estratégia por parte do executivo do Partido Social Democrata, não sendo obrigado a
seguir a estratégia do Partido Socialista, não valendo a pena toda essa indignação por parte da Senhora Vereadora. A
Senhora Presidente da Câmara questionou, de seguida, a Senhora Vereadora, se quer maior defesa da vinha e dos
vinhos, do aquilo que está a ser feito e que já se fez durante o ano transato relativamente à questão do bloco de rega
Disse, ainda, ser isso defesa do vinho e da vinha de Reguengos de Monsaraz e estar mais do que provado que o vinho
a vinha e o motor económico fundamental e essencial deste concelho preocupa muito este executivo ainda a montante
Referiu, de seguida, ter a certeza de que o Senhor Vereador da cultura tem uma estratégia, até porque a conhece e que
não tem de passar, necessariamente, pela VineReguengos, que não é por ser de um partido ou de outro, porque a
Exporeg também foi do Partido Socialista e este executivo já a realizou, por isso esse é um argumento vazio. Por fim
referiu, não ter existido nenhum produtor que se zangasse pela não realização da VineReguengos, pelo contrário, os
produtores estão cada vez mais ao lado do Município, entendendo a questão que tem todo o direito em colocar, mas é
uma questão que não faz sentido uma vez que já foram dadas mais do que provas, que a vinha e o vinho estão no centro
das suas preocupações
Usou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir que
a questão do bloco de rega se prende com o facto dele existir, ter sido pensado e ser uma necessidade que, infelizmente



Câmara Municipal

não se tem conseguido dentro dos timings pretendidos. Prosseguiu, referindo, ter sido uma batalha do Partido Socialista e continua a ser uma batalha do Partido Social Democrata, que espera se consiga resolver em breve, não podendo, o trabalho que se faz com este tipo de intervenção ser só a montante, nem ser só preventivo, não se podendo esquecer que existem e que tem de haver promoção. Referiu, ainda, que, obviamente, os agricultores estão todos com o Município de Reguengos de Monsaraz, por este estar a defender os seus interesses e as pessoas percebem que existe uma necessidade premente da água para todos os agricultores e para todo o tipo de agricultura, porque pode permitir muito mais que aquillo que se faz agora, mas não se podendo esquecer a divulgação e continuar a dizer que o vinho de Reguengos existe, que existem vários produtores, que existem referências de qualidade e que Reguengos de Monsaraz é líder nesse aspeto.-----é ---- Tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que não só não estão esquecidos, como haverá grandes surpresas, ao que Senhora Vereadora Esmeralda Lucena respondeu, ser bom haver surpresas e que surpreendam agradavelmente. ----------- Seguidamente, usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho para referir ser natural que os produtores perguntassem se haveria VineRequengos, não vendo qualquer manifestação de interesse da sua parte. --------- O Senhor Vereador prosseguiu, referindo que este ano o Municipio de Reguengos de Monsaraz não esteve representado na Feira Internacional de Turismo (FITUR), não dizendo que não venha a estar representado no próximo ano, provavelmente estará, no entanto, este ano, por questões de estratégia e questões orçamentais foi entendimento do executivo não estar presente. Continuou, referindo, estar, a promoção externa do turismo de Reguengos de Monsaraz, entregue à Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo, que esteve presente na FITUR. Disse, ainda, ter conhecimento que apenas estiveram presentes dois municípios alentejanos, o Município de Montemor-o-Novo que fez uma visita técnica e o Município de Portalegre, que fez uma promoção, não tendo conhecimento da presença de mais municípios. Referiu, ainda, que o turismo não é apenas promoção, neste momento o Municipio de Reguengos de Monsaraz está a fazer o básico do turismo, porque só se fez promoção e nem sempre bem, estando agora a dar formação às pessoas e a estruturar produto, tentando criar uma estratégia na promoção. Informou, de seguida, que o Municipio de Requengos de Monsaraz estará presente na EXPOFACIC de Cantanhede, na FIT na Guarda e na FATACIL, em Lagoa, sendo estas feiras nacionais de importante relevância, uma vez que de forma internacional, o Município está representado pela Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo. Disse, ainda, estar o Municipio a fazer o básico, dando dignidade aos Postos de Turismo para que guando se faça a promoção, se faça com cuidado, se faça bem, não fazendo promoção só por fazer e de qualquer maneira e que já que se está a falar do tema turismo, poderá apresentar, na próxima reunião, meia dúzia de fotografias dos Postos de Turismo de Reguengos, demonstrando como eram as comunicações e o que são os museus. Prosseguiu, referindo, que em 2015 foi editado um guia turístico, no qual constava que estavam a funcionar, no concelho de Requengos de Monsaraz, nove caminhos pedestres, tendo sido colocadas placas com essa



Câmara Municipal

indicação, acontece que só existe um e durante sete anos não teve qualquer tipo de manutenção. Disse, ainda, ter havido pessoas que vieram de propósito ao concelho de Requengos de Monsaraz, para fazer os nove caminhos pedestres, podendo um dia mostrar a reclamação apresentada por quem foi enganado, não se podendo, a nível de turismo, enganar as pessoas desta forma. Referiu, ainda, haver em Monsaraz umas casas de banho públicas, responsabilidade do município, porque as que são responsabilidade da Junta de Freguesia estão excelentes, feitas com restos de azulejos, não tendo qualquer condição, não existindo uma casa de banho destinada a pessoas com mobilidade reduzida. Questionou, de seguida, se isto é que é fazer turismo, fazendo só promoção e depois ter problemas com a credibilidade e o reconhecimento da qualidade deste destino por parte de quem o visita, que muitas vezes não o reconhece. ---------- Por fim, o Senhor Vereador António Fialho, referiu que a contratação da empresa de limpeza, não é para recolha de resíduos sólidos urbanos, mas sim, para melhorar as condições de limpeza urbana. ---- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ------Atendimento e acompanhamento aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção ---- Usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para dar nota, no âmbito da transferência de competência na área da ação social, que se inicia no presente dia, no Gabinete de Ação Social do Município de Reguengos de Monsaraz, na Avenida Joaquim Rojão, o atendimento e acompanhamento aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção. --------- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ------Baile da pinha ----- Tomou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para informar que se realiza no dia 4 de fevereiro de 2023, no Pavilhão Álamo do Parque de Feiras e Exposições de Requengos de Monsaraz, o baile da pinha, organizado pela Associação Palco de Sonhos. --------- O Executivo Municipal tomou conhecimento. -----Dia do Diploma ----- Continuou no uso da palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho para informar



Câmara Municipal

Sessões regulares de cinema

Tomou, ainda, a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para informar que
vão ser recuperadas as sessões regulares de cinema, de duas em duas semanas, no Auditório Municipal, sendo a
primeira no próximo dia 12 de fevereiro de 2023, pelas 16 horas. Disse, ainda, que em 2024 pensa reforçar o número de
sessões e iniciar a criação de ciclos temáticos.
O Executivo Municipal tomou conhecimento
Desfile de Carnaval das Escolas
Usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para informar que decorrerá
no dia 17 de fevereiro de 2023, pelas 10 horas e 30 minutos, o desfile de Carnaval das Escolas, que terá início na Escola Básica do Primeiro Ciclo Manuel Augusto Papança e seguirá em direção à Praça da Liberdade
Colheita de sangue
Usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para informar que no dia 18 de fevereiro de 2023, A GOTA – União de Dadores de Sangue de Corval, promove uma colheita de sangue, na Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, que decorre das 9 às 13 horas
Desfile de Carnaval
Usou a palavra o Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, para informar que no dia 19
de fevereiro de 2023, a Junta de Freguesia de Reguengos de Monsaraz, organiza um desfile de Carnaval pelo centro da
cidade e uma matiné na Praça da Liberdade
O Executivo Municipal tomou conhecimento
ORDEM DO DIA

Fatores de ponderação específicos — critérios de apoio ao associativismo desportivo — ano 2023

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º 6/VP/2023, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 25 de janeiro



Câmara Municipal

de 2023, atinente aos fatores de ponderação	o específicos -	 critérios 	de apoio ao	associativismo	desportivo	para o ai	no
2023, proposta cujo teor ora se transcreve:							

"PROPOSTA N.º 6/VP/2023

Factores de Ponderação Específicos - Critérios de Apoio ao Associativismo Desportivo- Ano 2023

Considerando que:

- Que a versão final do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz foi aprovada na sessão ordinária da Assembleia Municípal, realizada no dia 28 de Fevereiro de 2011;
- Que o referido normativo legal encontra-se em vigor desde o dia 30 de Março de 2011;
- Que nos termos do artigo 15º do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz estabelecem-se factores de ponderação a ter em conta na definição dos subsídios a atribuir às associações;
- Que, nos termos do artigo 30º do supra referido Regulamento, o órgão executivo poderá aprovar critérios que especifiquem os factores de ponderação gerais e que regulem os apoios a conceder por sector ou actividade;
- Que importa estabelecer critérios de apoio que garantam uma maior eficácia e transparência na atribuição de apoios às associações de natureza desportiva, por parte do Município,

Termos em que somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) Nos termos do artigo 30° do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz, outrossim da alínea u) do n.º 1 do artigo 33° da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação dos critérios de apoio ao Associativismo desportivo, que se anexam à presente proposta e aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os devidos e legais efeitos;
- b) Determinar à Unidade Orgânica de 3º Grau Sociocultural e Desportiva, nomeadamente ao Serviço de Desporto, a aplicação dos critérios, que ora se aprovam, na atribuição dos subsídios às associações de natureza Desportiva."

FATORES DE PONDERAÇÃO ESPECÍFICOS

DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2023

A - CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Objeto

Os fatores de ponderação mencionados do artigo 15.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de Monsaraz, adiante designado pelo acrónimo RAA, ponderam a importância e o nível da intervenção da associação (fatores genéricos) e do seu plano de atividades (fatores específicos), no desenvolvimento desportivo do concelho, sendo complementados por critérios de apoio que se definem no presente documento, pelos quais, de forma clara e objetiva, são determinadas as comparticipações financeiras do Município às associações desportivas.

2. CONCEITOS

Para definição dos critérios de apoio no âmbito dos Fatores de Ponderação Específicos dos Programas de Apoio do RAAD, são definidos os seguintes conceitos:

1. Atividade Federada - a atividade desenvolvida no âmbito da organização das Federações ou Associações Distritais ou Regionais de modalidades, nas quais os atletas estão inscritos.



Câmara Municipal

- Atividade não Federada a atividade organizada fora do âmbito das Federações e Associações Distritais ou Regionais cle modalidades ou, sendo organizadas por estas organizações mas desde que os atletas não estejam lá inscritos/filiados (exemplo: participação em torneios informais).
- Atividade Desportiva não Formal a atividade de ar livre e outras que, sendo atividade física, não têm características comuns às modalidades desportivas (exemplo: montanhismo, caminhadas, cicloturismo).
- Torneios/ Atividades Especiais s\u00e3o aqueles que, pela sua dimens\u00e3o, prestigio e coer\u00e3ncia com o projeto de desenvolvimento
 desportivo do Municipio, t\u00e3m um enquadramento espec\u00edfico.
- Torneios/Atividades Internacionais s\u00e3o aqueles que envolvem participa\u00e7\u00e3o de equipas ou participantes estrangeiros ou no estrangeiro.

3. FORMA DE ATRIBUÍÇÃO EM FUNÇÃO DOS MONTANTES

As comparticipações financeiras serão concedidas mediante a celebração de contratos - programa de desenvolvimento desportivo.

B - DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APOIO

B.1 - PROGRAMA 1 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo

No âmbito do **PROGRAMA 1 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Associativo**, são definidos critérios para os seguintes apoios:

Manutenção e desenvolvimento das actividades desportivas (Atividade Regular):

- a) Enquadramento e formação dos técnicos;
- b) Deslocações aos arquipélagos (Açores e Madeira);
- c) Aquisição de material e equipamento desportivo;
- d) Organização de atividades/apoio à competição;
- e) Gestão e manutenção regular de infraestruturas e instalações.

a) Enquadramento e formação dos técnicos

O exercício da atividade de treinador de desporto é reconhecido pela Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto. O Decreto – Lei n.º 248-A/2008 de 31 de dezembro estabelece o regime de acesso e exercício da atividade clo treinador obrigando, nos termos do art.º 5.º e 6.º no mesmo diploma legal, à obtenção, junto do IPDJ, da Cédula de Treinador de Desporto.

O apoio municipal na comparticipação nos encargos relacionados com o pagamento dos técnicos em atividades federadas, privilegiará claramente (Quadro 1), os clubes que apresentem treinadores com cédulas passadas pelo IDP, independentemente cla sua qualificação acadêmica ou profissional para a atividade de treinador.

Quem não possuir cédula de treinador deverá comprovar mediante o certificado da respetiva federação que possui habilitações para exercer a função de treinador, assim com a inscrição ou cartão para a época respetiva da associação da modalidade.

Quadro 1. Apoio ao enquadramento técnico

Enquadramento Técnico	Valor considerado
Sem Cédula de Treinador de Desporto emitida pelo IPDJ	20 €
Com Cédula de Treinador de Desporto emitida pelo IPDJ	



Câmara Municipal

Grau 1	40 €
Grau 2	60 €
Grau 3	80 €
Grau 4	100 €

O Município apoiará, anualmente, ações de formação para técnicos. Este apoio traduzir-se-á numa comparticipação financeira nas despesas inerentes à formação, com claro reflexo na atividade das associações.

O apoio financeiro será atribuído de acordo com o seguinte quadro:

Quadro 2. Apoio às ações de formação

A - 2 - J. F /F /C /C	Nivel de	formação
Ações de Formação/Fóruns/Seminários	Distrital	Nacional
Comparticipação do Município à associação	10 € Valor máximo	15 € Valor máximo

Observações:

As candidaturas a este apoio terão de contemplar as seguintes condições prévias:

- a. A apresentação das candidaturas é realizada através da associação e não do formando.
- A data da apresentação da candidatura o técnico para o qual é solicitada a comparticipação deverá ter pelo menos 6 meses ao serviço da associação.
- c. Reconhecimento público da entidade formadora e análise do programa da ação de formação.
- Apenas serão aceites as candidaturas para os técnicos que trabalhem nos escalões de formação.
- e. A associação só poderá apresentar uma candidatura por técnico na mesma época.

b) Deslocações aos arquipélagos (Açores e Madeira)

O montante do subsídio a atribuir pelo Município terá em conta o número de atletas e treinadores que efetuam a deslocação. Es te subsídio não pode ser acumulado com outros subsidios atribuídos para o mesmo efeito, incidindo a comparticipação municipal, apenas, sobre as despesas efetuadas pela associação.

Os apoios serão atribuídos por deslocação, tendo os seguintes limites máximos:

- a. de 1 a 3 atletas e treinadores 400 €
- b. de 4 a 6 atletas e treinadores 600 €
- c. de 7 a 10 atletas e treinadores 800 €
- d. de 11 a 14 atletas e treinadores 1.200 €
- e. de 15 a 25 atletas e treinadores 1.500 €
- f. mais de 25 atletas e treinadores 1.800 €

Observações:

Os apoios às deslocações acima referidas destinam-se às coletividades com atividades desportivas federadas e que decorram da época regular.



Câmara Municipal

Após a deslocação, as associações deverão apresentar candidatura junto do Município acompanhada dos respetivos comprovativos das despesas efetuadas e dos atletas e treinadores inscritos na "ficha de jogo".

Este apoio não pode ser atribuído em dois anos consecutivos, salvo fundamentação que justifique a declaração de interesse público Municipal por deliberação da Camara Municipal.

c) Aquisição de material e equipamento desportivo

i) Na primeira inscrição como atleta de Formação em qualquer modalidade desportiva o Município oferece equipamento, fato treino oficial da respetiva associação e saco desportivo.

Ficam excluídas deste apoio as primeiras inscrições no âmbito de transferências de atletas.

A associação tem que apresentar os comprovativos de inscrição dos respetivos atletas bem como as despesas efectuadas.

ii) Despesas efetuadas com a aquisição de material e equipamento desportivo por modalidade – até 50% das despesas efetuadas, num montante máximo de 2.000 €.

Este apoio não pode ser atribuído em dois anos consecutivos, salvo fundamentação que justifique a declaração de interesse público Municipal por deliberação da Camara Municipal.

A associação deverá apresentar comprovativos da despesa efetuada com a aquisição do material e/ou equipamento desportivo.

d) Organização de atividades/Apoio à competição

d.1. Atividade federada - modalidades coletivas

Quadro 3. Apoio por número de atletas federados

Quantidade de atletas federados	Até aos Juniores
Mais de 120 atletas	6.500 €
De 91 a 120 atletas	5.500 €
De 71 a 90 atletas	5.000 €
De 51 a 70 atletas	3.500 €
De 41 a 50 atletas	3.000 €
De 31 a 40 atletas	2.500 €
De 21 a 30 atletas	1.500 €
De 11 a 20 atletas	1.000 €
Até 10 atletas	800 €

Quadro 4. Apoio por nível competitivo

Número de atletas até juniores	Seleções Regionais/Distritais	Participação de atletas em estágios de seleções nacionais	Seleções Nacionais
Por atleta	50 €	75€	150 €

Quadro 5. Apoio por competição - Seniores

Escalão	Futebol de 11	Outras modalidades



Câmara Municipal

1º Escalão Nacional	Profissional c)	1.300€/ mês
2º Escalão Nacional	Profissional c)	1.150€/mês
3º Escalão Nacional	6.000€ / mês	1.000 € / mês
4º Escalão Nacional	1	800 € / mês
1º Escalão Distrital/Regional (Pré-Nacional) d)	3.000 € / mês	500 €/mês
2º Escalão Distrital/Regional	1.500 € / mês	300 € / mês
3º Escalão Distrital/Regional	750 € / mês	250 € / mês

Observações:

- a) O apoio será atribuído mensalmente durante o período de duração da época desportiva (10 meses), caso as competições não terem a definida duração, o valor a atribuir será distribuído pelo período mensal no qual as mesmas decorrem.
- b) O apoio a outras modalidades na participação em Campeonatos Nacionais, depende das características das competições, clo processo de acesso/seleção às competições nacionais e do valor global do apoio prestado pelo Município. Para atribuição cle apoio nos campeonatos nacionais em seniores, deverá haver competição mínima entre três equipas.
- c) Escalão profissional Não apoiado.
- d) Escalão de acesso, por mérito desportivo, a escalão nacional.
- e) Nas modalidades em que o acesso, por mérito desportivo, ao escalão nacional seguinte não obedeça a sequência dos escalões identificados no quadro 5, o apoio a atribuir será o do escalão imediato do respectivo quadro.

Quadro 6. Apoio a Veteranos

Equipas de Veteranos	
MODALIDADES COLECTIVAS	
500 €/ Ano	

Observações:

- a) Exclusivo com atividade regular Veteranos;
- b) Para atribuição do apoio é necessária a participação de pelo menos três equipas na competição a disputar,

Quadro 7. Apoio por competição - Até Juniores

Equipas de Formação (até juniores) em Campeonatos Nacionais	
MODALIDADES COLECTIVAS	
1000 € por equipa / escalão	

Observações:

O apoio à participação em Campeonatos Nacionais, depende das características das competições, do processo de acesso/seleção às competições nacionais e do valor global do apoio prestado pelo Município. Para atribuição de apoio nos campeonatos naciona is



Câmara Municipal

até juniores, o clube deverá participar no respetivo campeonato distrital/regional e haver competição mínima entre três equipas, dentro dos respetivos escalões.

d.2. Atividade federada - modalidades individuais

O apoio à competição é atribuído às associações em função do número de atletas individuais federados e do tipo de actividade, cle acordo com o quadro seguinte:

Quadro 8. Apoio ao desenvolvimento e competição Regional/distrital

Quantidades de atletas	Competição Regional/Distrital	
Quantidades de atletas	Valor atribuivel	
Mais de 50 atletas	4.500 €	
De 41 a 50 atletas	3.500 €	
De 31 a 40 atletas	3.000 €	
De 21 a 30 atletas	2.500 €	
De 13 a 20 atletas	2.000 €	
De 9 a 12 atletas	1.500 €	
De 6 a 8 atletas	1.000 €	
Até 5 atletas	700 €	

Quadro 9. Apoio ao desenvolvimento e competição Nacional

0 44 4 4 4 4	Competição Nacional	
Quantidades de atletas	Valor atribuível	
Mais de 50 atletas	6.000 €	
De 41 a 50 atletas	5.000 €	
De 31 a 40 atletas	4.500 €	
De 21 a 30 atletas	4.000 €	
De 13 a 20 atletas	3.500 €	
De 9 a 12 atletas	3.000 €	
De 6 a 8 atletas	2.000 €	
Até 5 atletas	1.000 €	

Quadro 10. Apoio por nível competitivo

Quantidades de atletas	Número de atletas em Selecções Regionais/Distritais	Número de atletas em Selecções Nacionais 200€	
Por atleta	100€		

Observações:



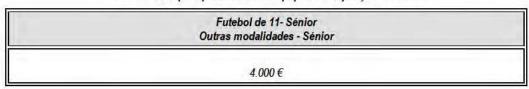
Câmara Municipal

- a) No apoio à atividade columbófila, não são aplicados os critérios anteriores, sendo o subsídio por coletividade 50 € por cada associado filiado na respetiva associação/federação para a época em curso, no valor máximo 1.250 €.
- b) O apoio à participação em Campeonatos Nacionais em modalidades individuais, depende das características das competições, do processo de acesso/seleção às competições nacionais e do valor global do apoio prestado pelo Município. Para atribuição cle apoio nos campeonatos nacionais, o clube deverá participar no respetivo campeonato distrital/regional e haver competição mínima entre dois atletas, dentro dos respetivos escalões.

d.3. Atividade não federada - modalidades coletivas

O apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva não federada é concedido consoante o número de equipas inscritas por clube e modalidade e número de competições em que participa.

Quadro 11. Apoio por número de equipas e competições seniores



Observações: Exclusivamente com atividade regular. INATEL.

a) O apoio será atribuído em duas fases; uma primeira no valor de 2.500€ e uma segunda no valor de 1.500€.

d.4. Atividades não formais

Escolas de modalidade

Há modalidades que pelas suas caraterísticas não se enquadram nos tipos de apoio acima referidos, pelo que importa definir quais as modalidades que poderão ser objeto de apoio no âmbito de uma Escola de Modalidade. Trata-se, normalmente, de modalidades individuais, cujos apoios não devem ser atribuídos tendo em conta os escalões, mas sim a quantidade de praticantes e a participação em provas. São Escola de Modalidade, nomeadamente:

- a) Escola de Artes Marciais;
- b) Escola de Equitação;
- c) Escola de Ginástica;
- d) Escola de Pesca Desportiva;
- e) Escola de Orientação Pedestre;
- f) Escola de BTT;
- g) Escola de Cicloturismo e/ou Ciclismo;
- h) Escola de Ténis;
- i) Escola de Natação;
- i) Outras Escolas de Modalidade.

Quadro 12. Apoio às Escolas de Modalidade



Câmara Municipal

Escolas com atletas federados (5 ou mais atletas federados)		Escolas sem atletas federados (5 ou mais atletas)	Menos de 5 atletas	
Participação em 5 ou mais provas	1.200 €	500 €	75 % dos valores anteriores	
Participação em menos de 5 provas	800 €	250 €	75% dos valores anteriores	
Sem participação em provas	0€	0€	0 €	

e) Gestão e manutenção regular de infraestruturas e instalações

Com vista à manutenção e conservação de instalações desportivas, as associações proprietárias de instalações que revistam a natureza de relvado sintético serão apoiadas no montante máximo de 1.500 € / mês.

B.2 - PROGRAMA 2 - Programa de Apoio a Infra-estruturas

No âmbito do **PROGRAMA 2 - Programa de Apoio a Infraestruturas**, são definidos os seguintes critérios de comparticipação para os apoios mencionados no artigo 10º do RAA.

2.1. Comparticipação do Município nas obras de valor até € 2.500

As obras que não excedam os € 2.500 podem ser comparticipadas da seguinte forma:

- a. Comparticipação em 60% do valor do investimento;
- b. Cedência de material existente em armazém até 70% do valor do investimento.

2.2. Comparticipação do Município nas obras de valor superior a € 2.500

No caso de obras de valor superior a € 2.500, o Município poderá comparticipar financeiramente até 50% do custo total da obra.

Neste programa, estes apoios não podem ser atribuídos em dois anos consecutivos, salvo fundamentação que justifique a declaração de interesse público Municipal por deliberação da Camara Municipal.

B.3 - PROGRAMA 3 - Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa

No âmbito do **PROGRAMA 3 - Programa de apoio a equipamentos e modernização associativa**, são definidos os seguintes critérios de comparticipação para os apoios mencionados no artigo 11º do RAA.

- 1. Apoio na aquisição de equipamento informático, audiovisual ou multimédia e de outros bens móveis:
 - a) A candidatura deverá ser acompanhada do orçamento e/ou outros comprovativos do valor e características dos materiais que pretendam adquirir, assim como da justificação da sua necessidade para o desenvolvimento da atividade.
 - Para que a Autarquia disponibilize o apoio financeiro, torna-se necessário que a Associação entregue cópia do comprovativo da aquisição do material.
 - A comparticipação na aquisição de equipamentos será até 40% no montante máximo de € 1.500.
- 2. Apoio na aquisição de viaturas
 - a) Para se candidatarem a estes apoios, as associações devem ainda entregar:
 - 1. Orçamentos comprovativos do valor e das características da viatura a adquirir (mínimo de 2);
 - 2. Cópia do registo de propriedade ou recibo do pedido do registo na Conservatória do Registo Automóvel;
 - 3. Cópia do livrete;
 - 4. Cópia do recibo/declaração de venda.



Câmara Municipal

- b) Concedido o apoio para aquisição de viaturas por parte do Município, a Associação em causa não poderá usufruir do mesmo apoio durante um período de quatro anos, excepto, se o aumento da atividade e o número de praticantes na Associação o justificar.
- c) A comparticipação na aquisição de viaturas será até 25% no montante máximo de € 3.000.
- 3. Nos projectos de investimento co-financiados por fundos comunitários aprovados, pode o Município de Reguengos de Monsaraz deliberar o apoio até 75% das despesas elegíveis aprovadas não financiadas por estes fundos comunitários no âmbito de respectivo regulamento.

Neste programa, estes apoios não podem ser atribuídos em dois anos consecutivos, salvo fundamentação que justifique a declaração de interesse público Municipal por deliberação da Camara Municipal.

B. 4 - PROGRAMA 4 - Programa de apoio a atividades de caráter pontual

No âmbito do PROGRAMA 4 - Programa de apoio a atividades de caráter pontual, são definidos os seguintes critérios de comparticipação para os apoios mencionados no artigo 12º do RAA.

- a) O apoio a prestar pelo Município neste Programa de Apoio será de natureza logística, a decidir casuisticamente.
- b) As associações só poderão apresentar até duas candidaturas/ Ano.
- c) Só poderá exceder o limite máximo por razões interesse municipal o justifiquem e o órgão executivo assim o aprove.

 Exceção: Sempre que razões de interesse municipal o justifiquem, o órgão executivo poderá deliberar a atribuição de subsídio monetário para agentes do concelho num limite de 30% no montante máximo de € 3.000,00.

Neste programa, estes apoios não podem ser atribuídos em dois anos consecutivos, salvo fundamentação que justifique a declaração de interesse público Municipal por deliberação da Camara Municipal."

----- Continuou no uso da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir que de acordo com o regulamentado e de acordo com aquilo que executivo entendeu e poder fazer a nível orçamental, aumentará o apoio à competição atribuído às associações, modalidades coletivas e modalidades individuais, no que diz respeito à formação. Referiu, ainda, que as entidades desportivas que tenham formação na sua génese, quer seja federada, não federada e não formal, terão um aumento no apoio, querendo com isto incentivar à prática do desporto no escalões de iniciação e incentivar as próprias associações a terem estes escalões de formação, por considerarem que faz todo o sentido que os jovens atletas sejam formados nos clubes do concelho. Concluiu, deixando esta boa noticia aos requenquenses, relativamente ao aumento do valor do apoio ao associativismo no que diz respeito aos escalões de formacão.---------- Tomou, de seguida, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir ser esse o caminho, apoiando estes escalões de iniciação e incentivando os jovens na prática desportiva. Disse, ainda, ter verificado haver indicação de que algumas entidades, de forma pontual, podem requer o apoio, questionando, de seguida, se em qualquer uma das situações, têm de ser associações legalmente constituídas e apresentar o pedido de apoio. ---------- Usou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardos Grilo, para referir que nesse sentido o regulamento não alterou, a alteração foi só no reforço do apoio nos escalões de formação. --------------- Voltou a usar, a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para



Câmara Municipal

reienii concordar com este reiorço, por ser aqui que se devera apostar
Usou, ainda, a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para deixar os parabéns à equipa
do desporto que elaborou a proposta e ao Senhor Vice-Presidente que tutela este pelouro
Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 6/VP/2023;
b) Aprovar, nos termos do artigo 30º do Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Reguengos de
Monsaraz, outrossim da alínea u) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os critérios de apoio ao
Associativismo desportivo, que se anexam à proposta n.º 6/VP/2023 e aqui se dão por integralmente reproduzidos para
todos os devidos e legais efeitos;
c) Determinar ao Serviço de Desporto do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos legais procedimentos
e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação
Orcamentação e gostão dos desposos com possoal. Alteração
Orçamentação e gestão das despesas com pessoal - Alteração
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º
7/VP/2023, firmada pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, em 26 de janeiro
de 2023, atinente à Orçamentação e gestão das despesas com pessoal - Alteração, proposta com o teor que ora se
transcreve:

"PROPOSTA №. 7/VP/2023

Orçamentação e gestão das despesas com pessoal - Alteração

Considerando que:

- Nos termos do artigo 31.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada pelo acrónimo LTFP, e dos artigos 5.º, 7.º e 13.º do Decreto Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo a suportar com os encargos relativos a remunerações, com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado, com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço;
- A decisão deverá ser tomada até 15 dias após o início da execução do orçamento;
- Que no Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, aprovado por deliberações da câmara municipal de 30/11/2022 e da assembleia municipal de 28/12/2022, foram orçamentadas as verbas para fazer face aos encargos com pessoal;
- Que na reunião da Câmara Municipal de 4 de janeiro de 2023 foi aprovada a fixação dos montantes relativamente aos encargos com remunerações, com recrutamentos a efetuar, com alterações de posicionamento remuneratório e com prémios de desempenho para o ano de 2023;



Câmara Municipal

- Que pelo Despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal com o n.º 1/GP/CPA/2023, de 1 de janeiro, foi aprovada a primeira alteração ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano económico-financeiro de 2023:
- Que pela referida alteração foi reforçada a rúbrica para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano de 2023 – rúbrica 2004 01010404,

Assim, proponho ao órgão executivo, nos termos do artigo 31.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e do Orçamento Municipal para o ano de 2023, a fixação dos seguintes montantes relativamente aos encargos com remunerações, com recrutamentos a efetuar, com alterações de posicionamento remuneratório e com prémios de desempenho para o ano de 2023, alterando-se a deliberação tomada por este órgão na sua reunião de 4 de janeiro de 2023, na componente "Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano de 2023", fixando-se os respetivos montantes nos seguintes termos:

- A) Encargos relativos a remunerações dos trabalhadores: O Montante máximo orçamentado no Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, nos termos do Mapa anexo à presente proposta, ou seja, 5.779.200€ (cinco milhões, setecentos e setenta e nove mil e duzentos euros), para suportar encargos com remunerações e outras despesas inerentes aos trabalhadores em funções.
- Dos quais:
 - B) Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano de 2023:

Fixar o montante global de **90.000€ (noventa mil euros)** para suportar encargos com o recrutamento de trabalhadores, que compreende:

- a) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.
- b) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.
- C) Alterações de posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções:
 - C1) Alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório
 - Propõe-se fixar o montante global de **40.000€ (quarenta mil euros)** para suportar encargos com as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.
 - C2) Alterações do posicionamento remuneratório por opção gestionária
 - Face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo.
 - C3) Alterações excecionais do posicionamento remuneratório
 - Face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo.
- D) Prémios de desempenho:
 - Face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da autarquia não se propõe verba para fazer face a este encargo.

A presente deliberação deverá ser tornada pública através de afixação em local adequado nas instalações da autarquia e de publicitação no respetivo sítio do Município de Reguengos de Monsaraz na internet."

----- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:------



Câmara Municipal

a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 7/VP/2023;							
b) Fixar os seguintes montantes relativamente aos encargos com remunerações, com recrutamentos a efetuar, com							
alterações de posicionamento remuneratório e com prémios de desempenho para o ano de 2023, alterando-se a deliberação tomada por este órgão na sua reunião de 4 de janeiro de 2023, na componente "Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano							
							de 2023":
							1 - Encargos relativos a remunerações dos trabalhadores:
O Montante máximo orçamentado no Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2023, nos							
termos do Mapa anexo à Proposta n.º 7/VP/2023, ou seja, 5.779.200€ (cinco milhões, setecentos e setenta e nove mil e							
duzentos euros), para suportar encargos com remunerações e outras despesas inerentes aos trabalhadores em funções;							
Dos quais:							
2 - Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa							
de pessoal para o ano de 2023: fixar o montante global de 90.000€ (noventa mil euros) para suportar encargos com o							
recrutamento de trabalhadores, que compreende:							
i) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.							
ii) o recrutamento de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado.							
3 - Alterações de posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de							
funções:							
i) Alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório: fixar o montante global de 40.000€ (quarenta mil euros)							
para suportar encargos com as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório.							
ii) Alterações do posicionamento remuneratório por opção gestionária: face às restrições e contenções orçamentais							
que deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo							
iii) Alterações excecionais do posicionamento remuneratório: face às restrições e contenções orçamentais que							
deverão orientar a atuação da autarquia, não se propõe verba para fazer face a este encargo							
4 - Prémios de desempenho: face às restrições e contenções orçamentais que deverão orientar a atuação da							
autarquia não se propõe verba para fazer face a este encargo							
c) Tornar pública a presente deliberação através de afixação em local adequado nas instalações da autarquia e de							
publicitação no respetivo sítio do Município de Reguengos de Monsaraz na internet							

Pareceres da Comissão Municipal de Trânsito

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º



Câmara Municipal

"PROPOSTA N.º 8/VP/2023

Pareceres da Comissão Municipal de Trânsito

Considerando que:

No dia 11 de novembro de 2022 reuniu a Comissão Municipal de Trânsito para apreciar e emitir parecer sobre diversos assuntos relacionados com a sinalização e trânsito neste Concelho de Reguengos de Monsaraz.

Dos pontos apresentados, conforme ata anexa, a Comissão Municipal de Trânsito deliberou emitir os seguintes pareceres:

- 1 Aprovar a proposta de redução de velocidade na Rua José Maria Carvalho, em Reguengos de Monsaraz, para 40 Km/h e colocação de passadeiras com detetor de peões e sinal de passadeira luminoso por ativação de peão como medida de proteção do peão:
- 2 Aprovar a proposta de a Rua Bento de Jesus Caraça passar a ter apenas um sentido de trânsito e estacionamento, tal como a Rua de Lisboa (entre a Rua António Francisco Ribeiro e a Rua de Moçambique) e uma parte da Rua 25 de Abril em Reguengos de Monsaraz, para agilizar o trânsito e estacionamento e aumentar a segurança;
- 3 Não aprovar a proposta de passar a um sentido de trânsito as ruas Monsaraz e Corval e Rua Nuno Alvares Pereira em Reguengos de Monsaraz, devido a projeto de intervenção previsto para a área e aprovar a proposta de autorização de estacionamento na Rua Conde de Monsaraz e criação de zonas de abrigo para a circulação automóvel;
- 4 Aprovar a proposta de proibição de estacionamento num dos lados de troço da Rua Carvalho Araújo a partir do Largo José Garcia da Costa em Requengos de Monsaraz;
- 5 Não aprovar a proposta de Solicitação sinalização que permita estacionamento de parte da viatura no passeio na Rua José Mestre Batista em São Marcos do Campo, devido às recentes obras de beneficiação pedonal;
- 6 Não aprovar a proposta de colocação de lombas redutoras de velocidade na Rua Nova em Perolivas, por os registos de velocidade excessiva serem reduzidos e os impactos das mesmas serem negativos dentro da localidade;
- 7 Aprovar a proposta de alteração para um sentido de trânsito na Escola Básica António Gião, com reforço de espelho na Rua Professor Mota Pinto;
- 8 Aguardar resposta da análise da Infraestruturas de Portugal na proposta de colocação de semáforo limitador de velocidade e limitação de velocidade para 30Km/h em troço da Rua João de Deus Escola Secundária Conde de Monsaraz, por esta entidade ser a gestora da via;
- 9 Aprovar a proposta de alteração para um sentido de trânsito da Rua Maria Inácia Vogado Perdigão em Reguengos de Monsaraz, para permitir o estacionamento de um dos lados e uma melhor circulação de trânsito;
- 10 Aprovar a proposta de criação de zonas de abrigo em troço da Av. Dr. Joaquim Rojão, em Reguengos de Monsaraz para melhor circulação automóvel;
- 11 Aprovar a proposta de marcação no pavimento de lugares de estacionamento na Rua D. Maria do Rosário Perdigão em Reguengos de Monsaraz;
- 12 Aprovar a proposta de criação de zonas de abrigo na rua que liga o Bairro António Sérgio à Avenida António José de Almeida, em Requengos de Monsaraz para melhorar a circulação automóvel;
- 13 Aprovar a proposta de colocação de sinalização vertical de trânsito de travessia de peões, de outros perigos com painel adicional com inscrição "Entrada e saída de Viaturas" na Estrada das Perolivas Lugar da pedra escorregadia;



Câmara Municipal

- 14 Aprovar a proposta de marcação no pavimento de lugares de estacionamento e placa giratória na Rua de Goa, em Reguengos de Monsaraz para ordenamento do trânsito;
- 15 Aprovar a proposta de colocação de sinalização de proibição de estacionamento em troço da Rua Marquês de Pombal, em Reguengos de Monsaraz para facilitar os dois sentidos de trânsito.
- 16 Aprovar a proposta de marcação horizontal de lugares de estacionamento no Largo da Fonte Nova para melhorar o estacionamento e o acesso à recolha de resíduos. Aprovar também a autorização de estacionamento no período horário noturno (das 19h às 9 h) em determinadas zonas;
- 17 Aprovar a proposta de colocação de um dispositivo redutor de velocidade na Rua do Outeiro à entrada de Telheiro, afastado o possível das habitações;
- 18 Aprovar a proposta de análise de marcação das guias de delimitação nas estradas do concelho por modo a que as mesmas tenham melhor visibilidade, para execução a definir;
- 19 Aprovar a proposta de substituição da sinalização no Largo da Igreja em Motrinos, por se encontrarem danificadas;
- 20 Aprovar a proposta de colocação de um sinal vertical de proibição de estacionamento na Rua do Outeiro à entrada de Telheiro;
- 21 Não aprovar a proposta de colocação de linha longitudinal contínua na curva adjacente ao Observatório o Lago Alqueva, estrada CM1127:
- 22 Aprovar a proposta de colocação de sinal vertical de via sem saída no acesso ao Beco do Carapeto, em S. Pedro do Corval;

Assim, propõe-se ao Executivo Municipal:

- a) A aprovação das deliberações da Comissão Municipal de Trânsito em apreço;
- b) Determinar à subunidade orgânica de Trânsito e Mobilidade a adoção dos necessários procedimentos e atos administrativos e materiais indispensáveis à execução da deliberação que vier a recair sobre a presente proposta."

Procedimento administrativo para classificação da Fonte do Telheiro em Imóvel de Interesse Municipal
----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º



Câmara Municipal

"PROPOSTA N.º 7/VAF/2023

Procedimento administrativo para classificação da Fonte do Telheiro em Imóvel de Interesse Municipal

Considerando que:

- a) É necessário a salvaguarda urgente do património histórico edificado do concelhio que ainda não se encontra abrangido por qualquer classificação;
- b) Trata-se de uma interessante construção em alvenaria do século XVIII, de planta rectangular, decorada com frontões de enrolamento e pináculos agudos nos vértices, constituindo, no seu todo, um monumento único, que marca a povoação de Telheiro:
- c) Teve, até à intervenção que sofreu por volta de 1930, um importante programa de trabalhos esgrafitados, florais e alegóricos, de que subsiste, na face norte, apenas o brasão de armas municipais, o que atesta a monumentalidade desta fonte;
- d) É a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade de maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura, que rege esta matéria, estabelecendo no seu art.º 15º, n.º 2, que os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
- e) São considerados imóveis de interesse municipal, os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representam um valor cultural de significado predominante para um determinado município, em ordem do preceituado no n.º 6, do art.º 15°, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.
- f) A classificação de bem imóvel de interesse municipal é da competência da câmara municipal, em harmonia ao preceituado n.º 1, do art.º 94, da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, bem como do artigo 30, do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) Que delibere a abertura do procedimento administrativo de classificação do imóvel "Ermida de São Cristóvão", sito em Monsaraz, em imóvel de interesse municipal, nos termos do disposto no artigo 25° da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e nos artigos 8° e sequintes do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro;
- b) Que, caso a presente proposta mereça provimento, seja dado cumprimento ao previsto no Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, quanto às notificações e divulgação da abertura do procedimento, pois é a partir da notificação da decisão de abertura do procedimento de classificação que um bem imóvel é considerado em vias de classificação, com todos os efeitos daí advenientes, aplicando-se, com as necessárias adaptações as disposições dos artigos 40º a 54º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, à exceção do artigo 42º;
- c) Que seja determinado ao Serviço de Cultura, em estreita colaboração com o Serviço de Urbanismo e Ordenamento do Território, bem como ao Gabinete Jurídico do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação que recair sob a presente proposta.

----- Tomou a palavra a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, para referir concordar com o que está a ser feito e que sempre houve preocupação com as questões do património existente no concelho de Reguengos de Monsaraz e com a sua salvaguarda, por isso, existe uma carta que foi trabalhada durante



Câmara Municipal

muito tempo, que tinha a ver com o levantamento do património existente. Continuou, referindo, que o que está a ser feito tem a ver com uma chamada de atenção pontual e de uma forma muito específica, para que estes equipamentos figuem salvaguardados de uma outra forma, existindo assim, o conhecimento por parte do Município e para que todos percebam, que eles existem e têm de ser cuidados. Referiu, ainda, existirem vários patamares de preocupação com os diferentes equipamentos, este em concreto é devidamente cuidado pela Junta de Freguesia de Monsaraz, outros da mesma índole serão também protegidos pelas respetivas Juntas de Freguesia e pelo próprio Municipio, sendo que os que mais preocupam são aqueles trazidos inicialmente e que se encontram nas zonas mais rurais e mais escondidas. Disse, ainda, achar importante o que está a ser feito, ficando a ressalva em todas as reuniões e até alguns pormenores que permitem conhecer melhor a sua história, o que também é importante. Por fim, deixou os parabéns ao executivo do Partido Social Democrata, por achar ser este o caminho certo e para que continue a fazer este tipo de levantamentos, reforçando a ---- Usou a palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, para referir ter havido a preocupação por parte do Partido Socialista, mas não houve a ação, havendo por parte do Partido Social Democrata a preocupação e a ação. Disse, ainda, ser bom haver este reconhecimento por parte das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, que, efetivamente, se está a fazer um bom trabalho na proteção do património do concelho de Reguengos de Monsaraz. ---------- Apreciado e discutido circunstanciadamente o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:--------- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 7/VAF/2023; ----------- b) Determinar a abertura do procedimento administrativo de classificação do imóvel "Ermida de São Cristóvão", sito em Monsaraz, em imóvel de interesse municipal, nos termos do disposto no artigo 25º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e nos artigos 8º e seguintes do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro;---------- c) Dar cumprimento ao previsto no Decreto-lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, quanto às notificações e divulgação da abertura do procedimento, pois é a partir da notificação da decisão de abertura do procedimento de classificação que um bem imóvel é considerado em vias de classificação, com todos os efeitos daí advenientes, aplicando-se, com as necessárias adaptações as disposições dos artigos 40° a 54° da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, à exceção do artigo 42°----- d) Determinar ao Serviço de Cultura, em estreita colaboração com o Serviço de Urbanismo e Ordenamento do Território, bem como ao Gabinete Jurídico do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação. ------

Atribuição do Cartão Social do Munícipe



Câmara Municipal

"PROPOSTA N.º 8/VAF/2023 ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE

Considerando,

- -Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os portadores de deficiência ou reformados por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;
- Que, nos termos do disposto no n.º 1, do art. 5.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, podem ser beneficiários do Cartão Social do Munícipe, os cidadãos que residam no concelho de Reguengos de Monsaraz há, pelo menos 2 anos e que se enquadrem numa ou mais situações:
 - a) ter idade igual ou superior a 65 anos;
 - b) ter deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60%;
 - c) ser reformado(a) por invalidez;
 - d) pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.
- Que as pessoas indicadas nas alíneas a), b), e c), do n.º 1 do art.º 5.º do citado Regulamento, terão que estar cumulativamente em situação de carência socioeconómica (n.º 2, do art.º 5.º);
- Que foram apresentados no Serviço de Ação Social, 14 (catorze) requerimentos a solicitar a atribuição do Cartão Social e documentos necessários à análise das candidaturas, pelos/as seguintes munícipes:



- Que foram apresentados no Serviço de Ação Social, 2 (dois) requerimentos a solicitar a renovação do Cartão Social e documentos necessários à análise das candidaturas, pelas seguintes munícipes:

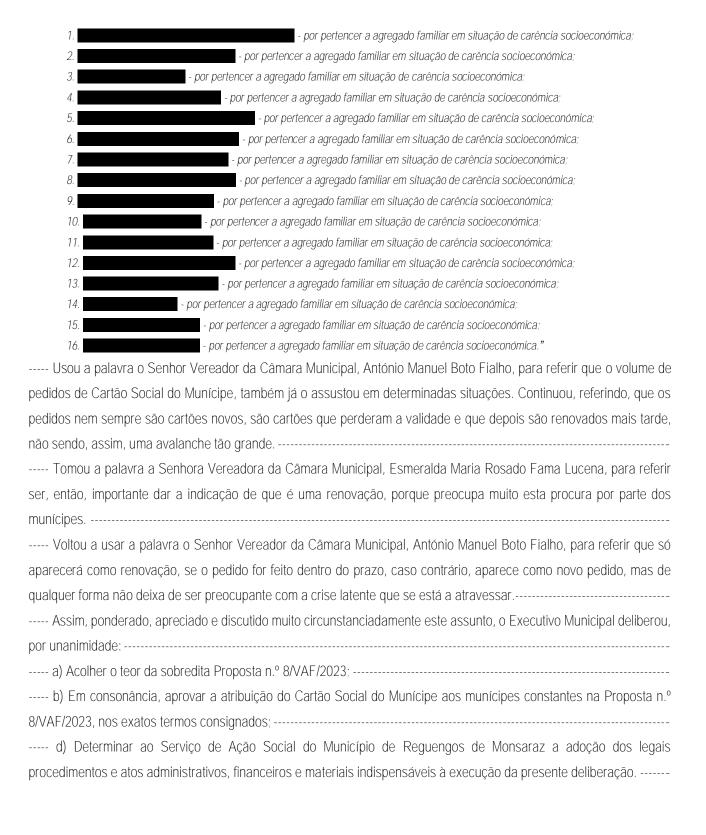


- Que o Serviço de Ação Social apreciou as candidaturas apresentadas para a atribuição/renovação do Cartão Social do Munícipe, procedendo à organização e análise dos respetivos processos.

Termos em que somos a propor ao executivo municipal:

Nos termos do disposto no art.º 5.º e no art.º 13.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a atribuição/renovação do Cartão Social, pelos fundamentos seguintes, aos/às seguintes munícipes:







Câmara Municipal

Apoios previstos no Cartão Social do Munícipe - integração na medida de Ocupação Temporária de Tempos Livres

"PROPOSTA N.º 9/VAF/2023

ATRIBUIÇÃO DOS APOIOS PREVISTOS NO CARTÃO SOCIAL DO MUNÍCIPE **–** INTEGRAÇÃO NA MEDIDA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA DE TEMPOS LIVRES

Considerando que:

- Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os/as portadores/as de deficiência ou reformados/as por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;
- Que os/as titulares do Cartão Social do Munícipe podem ter benefícios através de uma bolsa de ocupação temporária;
- Que a ocupação temporária de tempos livres tem como objetivo a ocupação dos/as beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe na realização de atividades de interesse municipal, mediante a contrapartida de uma bolsa;
- Que só poderão ter acesso a esta bolsa de ocupação temporária os/as possuidores/as do Cartão Social do Munícipe, desde que não sejam abrangidos/as por outros regimes ou medidas de apoio social e, apenas uma pessoa por agregado;
- Que a medida de ocupação em atividades de interesse municipal tem uma duração mínima de um mês e uma duração máxima de seis meses:
- Que os/as beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe poderão ser integrados/as em diversas áreas de atuação da competência do Município, tais como: Património e Cultura, designadamente, eventos organizados e/ou apoiados pelo Município; Desporto; Saúde; Ação Social; Ambiente e Proteção Civil; Apoio a Idosos e Crianças; Manutenção de equipamentos e espaços públicos e outras áreas de reconhecido interesse municipal;
- Que para o ano de 2023, foi determinado nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 27.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a fixação do valor de 585,00 €, como montante global da bolsa de ocupação de tempos livres, num máximo de 35 beneficiários/as por ano.

Somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) Integrar, nos termos do disposto do n.º 1, do art.º 23.º, e do n.º 2, do art.º 24.º, do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, os/as seguintes munícipes na medida Ocupação Temporária de Tempos Livres:
 - pelo período de seis (6) meses;
 pelo período de seis (6) meses;
 pelo período de seis (6) meses;
 pelo período de seis (6) meses.
- b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sob a presente proposta."
- ----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por



Câmara Municipal

unanimidade:
a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 9/VAF/2023;
b) Integrar, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 23.º e do n.º 2 do art.º 24.º do Regulamento de Atribuição do
Cartão Social do Munícipe, os munícipes constantes da Proposta n.º 9/VAF/2023 na medida Ocupação Temporária de
Tempos Livres;
c) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão de Gestão Financeira do
Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros
inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação
Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social – ano de 2023
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Proposta n.º
10/VAF/2023, firmada pelo Senhor Vereador da Câmara Municipal, António Manuel Boto Fialho, em 26 de janeiro de
2023, referente à transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social no ano 2023
proposta cujo teor ora se transcreve:
(CDC DCCTA NO. 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10 / 10

"PROPOSTA №. 10/VAF/2023

Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da Ação Social - ano de 2023

Considerando:

ملم مامل ممال من مار

- Que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- Que da supra referida Lei-quadro prevê-se a transferência de competências para as autarquias locais nas seguintes áreas setoriais: educação; ação social; saúde; proteção civil; cultura; património; habitação; áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e não económico não afetas à atividade portuária; praias marítimas, fluviais e lacustres; informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas; estruturas de atendimento ao cidadão; policiamento de proximidade; proteção e saúde animal; segurança dos alimentos; segurança contra incêndios; estacionamento público; modalidades afins de jogos de fortuna e azar;
- Que o n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, prevê que a "transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa";
- Que o diploma setorial no domínio da ação social foi publicado na 1.ª série do Diário da República, n.º 156, de 12 de agosto de 2020 – Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- Que nos termos da redação inicial do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, as competências previstas no âmbito da ação social consideravam-se transferidas até 31 de março de 2022;
- Que o Decreto-Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro, veio proceder à primeira alteração ao Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, permitindo que o prazo de 31 de março de 2022 pudesse ser prorrogado até 1 de janeiro de 2023 pelos municípios que



Câmara Municipal

entendessem não reunir as condições necessárias para o exercício das competências na área da ação social, mediante prévia deliberação do órgão deliberativo (Assembleia Municipal) e comunicação à DGAL — Direção-Geral das Autarquias Locais (cfr. n.º 4 do artigo 24.º do Decreto — Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação do Decreto — Lei n.º 23/2022, de 14 de fevereiro);

- Que por deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de Reguengos de Monsaraz de 25 de fevereiro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na sua reunião de 16 de fevereiro de 2022, foi deliberado o não exercício durante o ano de 2022 das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto;
- Que o Decreto Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, veio proceder à segunda alteração ao Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, permitindo que o prazo para o exercício das competências no domínio da ação social possa ser prorrogado até 3 de abril de 2023 pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das referidas competências, mediante prévia deliberação do órgão deliberativo (Assembleia Municipal) e comunicação à DGAL Direção-Geral das Autarquias Locais (cfr. n.º 5 do artigo 24.º do Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação do Decreto Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro);
- Que a comunicação à DGAL, prevista no considerando anterior, deverá ser efetuada até ao final do mês de fevereiro de 2023 (cfr. n.º 5 do artigo 24.º do Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação do Decreto – Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro);
- Que a transferência de competências no domínio social deverá implicar o mínimo de transtorno nas rotinas nos destinatários das medidas sociais:
- Que o Município de Reguengos de Monsaraz esteve a preparar durante o mês de janeiro do corrente ano de 2023 um plano de comunicação para informar toda a população das alterações resultantes da presente transferência de competências, nomeadamente ao nível dos locais de atendimento:
- Que uma boa comunicação é essencial para reduzir ao mínimo dúvidas, constrangimentos e transtornos de todos os envolvidos, em especial, dos utentes dos serviços, nesta fase inicial de exercício das novas competências pelo Município de Reguengos de Monsaraz:
- Que os termos do protocolo do Servi
 ço de Atendimento e Apoio Social (SAAS) esteve em análise pela Santa Casa da Miseri
 córdia
 de Reguengos de Monsaraz, tendo sido assinado no dia 20 de janeiro de 2023,

Termos em que somos a propor ao Executivo Municipal:

- a) A prorrogação do prazo para o não exercício das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social até ao dia 31 de janeiro de 2023:
- b) A submissão da presente proposta à Assembleia Municipal para que este órgão delibere, nos termos do n.º 5 do artigo 24.º do Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação do Decreto Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, a prorrogação do prazo para o não exercício das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e no Decreto Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da ação social até ao dia 31 de janeiro de 2023;
- c) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão de Gestão Financeira a adoção dos atos e procedimentos necessários ao cumprimento da deliberação camar**ária que recair sobre a presente proposta.**"

 Apreciado	e discutido	circunstanciadame	ente o assunto	, o Executivo	Municipal	deliberou,	por una	ınimidade:	
 a) Acolher	o teor da s	obredita Proposta r	n.º 10/VAF/202	23;					



b) Prorrogar o prazo para o não exercício das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de
agosto, e no Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Transferência de competências para os órgãos municipais no
domínio da ação social – até ao dia 31 de janeiro de 2023;
$\it c) Submeter a presente proposta \`a Assembleia Municipal para que este \'org\~ao delibere, nos termos do n.\^o 5 do artigora de la compacta del compacta de la compacta de la compacta del compacta de la compacta del la compacta del la compacta de la compacta del la compacta de la compacta de la compacta de la compacta de la com$
24.º do Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, na redação do Decreto – Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, a
prorrogação do prazo para o não exercício das competências previstas no artigo 12.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
e no Decreto – Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Transferência de competências para os órgãos municipais no domínic
da ação social – até ao dia 31 de janeiro de 2023;
d) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão de Gestão Financeira a
adoção dos atos e procedimentos necessários ao cumprimento da presente deliberação
Administração Urbanística
Licenciamento para obras de edificação – aprovação do projeto de Arquitetura e especialidades - Processo administrativo n.º 108/2022
Presente o processo administrativo n.º 108/2022, de que é titular
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Informação Técnica
n.º UOT/PP/011/2023, de 23 de janeiro de 2023, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqu
se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos
Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;
b) Aprovar o projeto de arquitetura, especialidades e efetivo licenciamento
c) Notificar a titular do processo do teor da presente deliberação, bem como de que deverá requerer a emissão do
alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE
Licenciamento para obras de alterações – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 102/2022
Presente o processo administrativo n.º 102/2022, de que é titular
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Informação Técnica
n.º UOT/PP/012/2023, de 23 de janeiro de 2023, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqu
se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos
Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;
b) Aprovar o projeto de arquitetura;



c) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação, bem como de que deverá apresentar os projetos
das especialidades, nos prazos previstos no RJUE
Licenciamento de operação de loteamento urbano – com obras de urbanização (retificação à anterior deliberação) - Processo administrativo n.º 02/2022
Presente o processo administrativo n.º 02/2022, de que é titular
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Informação Técnica
n.º UOT/PP/013/2023, de 23 de janeiro de 2023, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqu
se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos
Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
b) Aprovar o projeto de operação de loteamento urbano;
c) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação, bem como de que deverá proceder à submissão
das comunicações prévias das especialidades para as obras de urbanização nos prazos previstos no RJUE
Licenciamento para obras já executadas (legalização) – aprovação do projeto de Arquitetura - Processo administrativo n.º 103/2022
Presente o processo administrativo n.º 103/2022, de que é titular
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Informação Técnica
n.º UOT/PP/014/2023, de 24 de janeiro de 2023, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqu
se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos
Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:
a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;
b) Aprovar o projeto de legalização de arquitetura;
c) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação, bem como de que deverão apresentar os projetos
das especialidades, nos prazos previstos no RJUE
Licenciamento para obras já executadas (legalização) e alterações - aprovação do projeto arquitetura e especialidades - Processo administrativo n.º 01/2023
Presente o processo administrativo n.º 01/2023, de que é titular
O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu conta da Informação
Técnica n.º UOT/PP/015/2023, de 25 de janeiro de 2023, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo
e aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos
Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade:



a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita;	
b) Aprovar o projeto de legalização com obras de alterações de arquitetura e e	especialidades efetivo licenciamento; -
c) Notificar o titular do processo do teor da presente deliberação, bem como	de que deverá requerer a emissão do
alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE	
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO)
A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates	s, informou que nos termos do disposto
no artigo 49.º do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece	e, entre outros, o regime jurídico das
autarquias locais, fixava-se o período de intervenção aberto ao público	
Não se verificou qualquer intervenção	
Aprovação em Minuta	
A presente ata ficou lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, n	o final da reunião de harmonia com o
preceituado no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que esta	abelece, entre outros, o regime jurídico
das autarquias locais	
E nada mais havendo a apreciar, a Senhora Presidente da Câmara Municipa	I, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates,
deu por encerrada a reunião. Eram 12 horas	
E eu	_ na qualidade de Secretário desta
Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz lavrei, li e subscrevi a presente ata	,